

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 17-3-  
2016.

---

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, respondida por Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Raul Fraga, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Sofia Cavedon e Waldir Canal. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, compareceram Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mario Manfro, Mendes Ribeiro, Nereu D'Avila, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sêfora Gomes Mota e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 037/16 (Processo nº 0461/16), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 036/15 (Processo nº 0363/15), de autoria de Marcelo Sgarbossa; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/16 (Processo nº 0553/16), de autoria de Tarciso Flecha Negra. Após, o Senhor Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Diaraan Camargo da Silva, Presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Nova Barreto, que discorreu sobre novas moradias da comunidade Nova Barreto. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e dois minutos às quatorze horas e trinta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Jussara Cony, Mônica Leal, Rodrigo Maroni, Cláudio Janta e Dr. Raul Fraga. Na ocasião, foi apregoado documento de autoria de Rodrigo Maroni, informando sua filiação ao Partido da República. Também, foram apregoados o Projeto de Lei do Legislativo nº 028/16 (Processo nº 0354/16), de autoria de Paulinho Motorista, e o Projeto de Resolução nº 009/16 (Processo nº 0625/16), de autoria de Paulo Brum. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudio Janta, Adeli Sell, Kevin Krieger, este em tempo cedido por Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, Mônica Leal, esta em tempo cedido por Dr. Goulart, Lourdes Sprenger, Reginaldo Pujol, Marcelo Sgarbossa e Dr. Thiago. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se João Bosco Vaz, Bernardino Vendruscolo e Sofia Cavedon. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dinho do Grêmio no dia dezessete de março do corrente. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Delegado Cleiton, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. A seguir, o Senhor Presidente registrou o comparecimento, nos termos do Requerimento nº 010/16 (Processo nº 0414/16), de autoria de Cláudio Janta, de Jorge Luís Tonetto, Secretário Municipal da Fazenda,

concedendo a palavra a Sua Senhoria, que prestou esclarecimentos sobre questões atinentes à situação financeira do município. Ainda, nos termos do § 1º do artigo 138 do Regimento, Lourdes Sprenger, Sofia Cavedon, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Fernanda Melchionna, Mendes Ribeiro, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Bernardino Vendruscolo e Idenir Cecchim manifestaram-se e formularam questionamentos acerca do assunto em debate. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Jorge Luís Tonetto, para considerações finais acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e três minutos às dezoito horas e sete minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/13, os Projetos de Lei do Legislativo nº 027/16, discutido por Delegado Cleiton, 040/16, discutido por Mônica Leal, João Carlos Nedel, Dr. Raul Fraga e Delegado Cleiton, e 046/16 e os Projetos de Resolução nºs 004 e 005/16; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/16 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 013 e 017/16 e 296/15, este discutido por Dr. Raul Fraga. Também, foram registradas as presenças de Alicia Madsen, representante da *National Association of Realtors* – NAR e Antonio Matos. Às dezoito horas e trinta minutos o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Guilherme Socias Villela, Delegado Cleiton e Márcio Bins Ely e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Moradores da Comunidade Nova Barreto, que tratará de assunto relativo às novas moradias daquele local. O Sr. Diaraan Camargo da Silva, presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. DIARAAN CAMARGO DA SILVA:** Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a essa Mesa. Venho aqui hoje para falar um pouco da comunidade Nova Barreto, da qual sou o presidente atual. A comunidade Nova Barreto surgiu mais ou menos no ano de 2002, com aproximadamente 28 moradores, pessoas trabalhadoras que, sem condições de pagar aluguel ou adquirir a sua casa própria, puderam ter um pouco de dignidade, ao menos, da moradia. Houve vários pedidos de reintegração de posse. Como se trata de áreas com partes públicas, outras particulares, os donos que não pagam IPTU. Com relação à área ambiental, nessa época, os moradores se organizaram e fundaram a associação de moradores da comunidade Nova Barreto. Numa dessas reintegrações, a presidente da época foi até o mesmo assim. A comunidade não desiste da luta para permanecer na área e ter a sua moradia. O tempo passa, e a comunidade vai aumentando; há alguns anos, o presidente saiu do cargo, já

com 180 famílias. Em paralelo, o processo de reintegração ocorre. Onde? Aonde a comunidade vira réu. E foi dado o veredicto no sentido de a comunidade ser despejada da área e removida para os prédios do Minha Casa, Minha Vida, na Av. Bento Gonçalves, onde o DEMHAB ia pagar aluguel social até que o empreendimento ficasse pronto, mas o acordo não foi cumprido. A comunidade se organizou novamente, fazendo a eleição para uma nova diretoria, que se organizou e começou a fazer melhorias na comunidade, arrumando a luz, tratando os “gatos”, colocando uma rede de luz segura para os moradores, fazendo negociações com o DMAE e colocando dois ramais de água à disposição da comunidade. E a população juntou e comprou os canos para colocar, e o DMAE só colocou dois ramais na beirada da rua, a gente teve que comprar, mais ou menos, 1.790 metros de cano. A comunidade se uniu, toda a comunidade cavou e colocou a sua própria rede. A gente fez a própria rede de esgoto, como se fosse do DMAE, até às suas moradias; também organizou eventos sociais, para ajudar os moradores, trazendo um pouco de alegria para as crianças, em evento como Páscoa, Dia das Crianças, Natal, material escolar, tudo isso com apoio de colaboradores. Muitos de vocês, Vereadores, já viram que estive nesta Casa largando ofício para vocês, então muitos de vocês já me conhecem. E indo a reuniões como no Orçamento Participativo, sempre lutando em prol da comunidade, todos com consciência de que nada vem de graça, mas sempre querendo um mínimo de dignidade, que é sua moradia, sempre reuniões com DEMHAB para resolver situações de moradias. No fim do ano passado, chegando a ordem de despejo da comunidade, coloca o processo, foi perdido, e a juíza está juntando nos autos só para executar. No dia 22 de dezembro de 2015, data da audiência, já com ordem de despejo, a juíza alega que a comunidade, como não compareceu a algumas reuniões – a Presidente anterior deixou de comparecer a algumas reuniões anteriores, quando assumi tive que fazer todo o processo novamente –, perdeu todos os direitos, dando a palavra à Promotoria, que alega que a comunidade só quer receber e não oferece nada. A comunidade, em contrapartida, ofereceu retirar as famílias que estão na área de risco, que é uma área que é parte ambiental, onde tem um arroio. Eles dizem que a gente está numa área de risco. Concordamos plenamente com isso, porém, para nós podermos sair dali, a Prefeitura ou o DEMHAB teria que nos dar um local mais digno. O único jeito foi fazer uma proposta de nós, moradores, tentarmos tirar esse pessoal da área de risco e colocar para cima, apresentando o projeto para estudo e avaliarem a possibilidade de acordo.

A nossa luta, senhores e senhoras parlamentares, é para a regularização da área para que tenhamos serviço público de atendimento, ruas, lotes organizados e possamos finalmente viver em paz, com dignidade. É o que nós, da comunidade, desejamos: um pouco de dignidade, porque nós não temos. Não temos asfalto, as máquinas não entram dentro da comunidade; não temos esgoto tratado. A água, a comunidade toda assumiu, porque, antes, eram mangueiras, que furavam, e a gente tomava água contaminada, como foi constatado várias vezes pelo DEMHAB.

Há uns dois anos, aconteceu um incêndio lá; queimou uma casa, a gente não tinha água para apagar, e os bombeiros não conseguiam entrar. Graças à comunidade

conseguimos nos mobilizar, nos organizar, com a ajuda do DEMHAB, que tem servidores muito bons, por enquanto, para nós.

Nós formamos a nova Diretoria, que é onde eu tenho a minha secretária, que está presente, e sempre lutamos em todas as reuniões por tudo o que foi possível.

Eu sou um líder comunitário, sim, e luto pela Lomba do Pinheiro e vou lutar pela minha comunidade. Além de ser líder comunitário, também sou Conselheiro do Plano Diretor da Cidade, representando a Lomba do Pinheiro e o Partenon. Não é por mérito que hoje eu estou aqui; não é por mérito que eu cresci; foi pelo meu esforço de trabalho, com a minha dignidade e a minha honestidade.

Eu espero, Srs. Vereadores, que os senhores analisem e nos ajudem a regularizar a nossa comunidade, porque ela está merecendo. A gente quer os órgãos públicos lá dentro. Tudo o que a gente ganha no OP eles não podem executar; então, a gente perde as demandas, porque eles não podem executar, a Prefeitura não pode fazer nada.

É o que desejo, em nome da comunidade da Nova Barreto, o Presidente da Comunidade Nova Barreto, eu, Diaraan Camargo da Silva, agradeço a todos pela atenção. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Convido o Sr. Diaraan Camargo da Silva a fazer parte da Mesa.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Sr. Diaraan, quero fazer uma saudação em nome do PSOL - em nome do Ver. Prof. Alex Fraga e em meu nome - e nos colocar à disposição. Porque, infelizmente, duas das questões que o senhor abordou na sua intervenção lamentavelmente têm sido a marca recente na nossa Capital. A primeira, a ausência de uma política de regularizando fundiária que ajude as comunidades a garantir o conjunto dos equipamentos necessários e regularizar a situação habitacional. Hoje, em Porto Alegre, são mais de 700 comunidades que precisam de regularização e, infelizmente, o Governo não usa a sua estrutura para ajudar nessa luta legítima do povo. Eu ouvia o senhor falando sobre a questão do esgoto na Nova Barreto - isso é extremamente grave. Primeiramente, é fundamental para moradia digna ter todas as condições de tratamento; segundo, em tempos de *Aedes aegypti*, de surtos de dengue e de uma série de doenças transmitidas por esse mosquito, a gente sabe que a questão do saneamento é uma questão que precariza mais a vida do povo e que coloca em risco as nossas comunidades. A segunda questão que o senhor abordou é a questão da habitação. Hoje, há 50 mil pessoas inscritas no Minha Casa, Minha Vida, a Prefeitura não faz uma política de reassentamento das famílias em área de risco e nós precisamos lutar para, de fato, garantir esses direitos do povo. Eu digo sempre que direito à moradia digna é um

direito humano essencial. Então, no que a gente puder ajudar, e o senhor pediu ajuda, se é uma audiência na CUTHAB, se é uma mobilização na comunidade, se são ações para liberar recursos já gravados no Orçamento Participativo, o senhor conte com a nossa Bancada, porque temos a convicção de que a luta muda a vida e é muito importante que a gente caminhe junto nessas lutas para garantir os direitos da população. Parabéns pela luta e conte com a gente!

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Saúdo o Sr. Diaraan Camargo da Silva, Presidente da Associação da Comunidade Nova Barreto, da Lomba do Pinheiro, Parada 2 - fiz questão que isso ficasse claro aqui. Quero dizer que a sua pauta é muito justa. Vejam que é trazida aqui não só a queixa, mas o que a comunidade fez, pois a comunidade, sim, se organizou e fez a sua parte, o que não tem é o Poder Executivo local lado a lado, ombreando a comunidade, ajudando a superar temas que precisam do Poder Executivo. Quero chamar a atenção para o fato do senhor compor o Conselho do Plano Diretor Regional; ou seja, a Associação de Moradores participa da discussão do Plano Diretor da Cidade, se envolve e está aqui na Câmara exatamente exigindo que haja a regularização fundiária, que, com certeza, vocês levaram no Orçamento Participativo. Infelizmente, o processo de Orçamento Participativo está muito esvaziado de recursos. É um processo bastante artificial no sentido de influenciar na cidade. Nós enxergamos as grandes obras, os grandes recursos da Prefeitura estão todos comprometidos com as obras do centro da Cidade, obras mal feitas, mal fiscalizadas, paralisadas. E as obras estratégicas, para nós não são essas obras que fazem os carros circularem no centro, as estratégicas são as que o senhor está demandado, a sua diretoria, em nome da comunidade Nova Barreto. Então nós também, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Adeli Sell, que assumiu agora no lugar do Ver. Alberto Kopittke; Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, que está em Brasília exatamente porque ele é do Conselho das Cidades, em reunião, discutindo políticas federais que hoje existem para moradias, regularização fundiária e que infelizmente a cidade de Porto Alegre não aproveita de maneira suficiente. A nossa Bancada está à disposição da luta de vocês.

Quero deixar o convite ao senhor, se puder espalhar ainda hoje à tarde na Lomba do Pinheiro, nós estaremos fazendo uma audiência pública esta noite, Ver. Delegado Cleiton, da Casa, é da Câmara, é institucional, aprovada pela Mesa Diretora, sobre a violência na Lomba do Pinheiro, com ênfase na questão da violência contra a mulher, mas sobre todos os temas da violência, inclusive essa questão da falta de políticas urbanas pode ser acolhida em uma audiência pública formal. Vai ser na Parada

10, na Paróquia Santa Clara, hoje, às 19 horas. Então a Lomba do Pinheiro, a sua comunidade, a comunidade Nova Barreto está convidada a fazer uso desse espaço institucional, no qual Vereadores e órgãos públicos convocados por nós estarão ouvindo a comunidade. Então hoje à noite na Parada 10 da Paróquia Santa Clara. Parabéns pela luta! Conte conosco!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Mais algum Vereador gostaria de se manifestar? (Pausa.) Sendo assim, agradecemos a presença do Presidente da Associação dos Moradores da comunidade Nova Barreto, Sr. Diaraan Camargo da Silva. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h32min.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton – às 14h34min):** Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estamos vivendo tempos extraordinários no nosso País. A responsabilidade que o Partido dos Trabalhadores tem é grande, nós sabemos, mas acho que a responsabilidade é de todos os cidadãos e cidadãs de pensar que destino queremos dar a nossa Nação, a nossa jovem democracia porque nós convivemos e nascemos das mobilizações populares, da manifestação das ruas, das greves em portas de fábrica, das ocupações de espaços públicos para a busca de direitos, das longas caminhadas, e jornadas para reforma agrária, para reforma política dos plebiscitos populares, contra a entrega do patrimônio brasileiro, seja na época da Vale, seja na defesa da Petrobras, seja contra a Alca, então não estranhemos e não devemos nos espantar com as mobilizações sociais. Temos claro que as instituições rapidamente ficam anacrônicas, as instituições tendem à conservação e a mobilização tende à mudança, à construção do novo, à solução dos problemas. Nós tivemos aqui nesta semana a despedida do Ver. Alberto Kopittke na segunda-feira, o ingresso do Ver. Adeli Sell na quarta-feira, e não pudemos fazer uma fala de liderança a partir dessa temática e das mobilizações de domingo. Reconhecemos a grande mobilização de domingo que questiona a Presidenta Dilma, que tem uma parte dessa movimentação com muita clareza lutando contra a corrupção, responsabilizando nosso Governo pela corrupção, e repudiando líderes de outros Partidos e de oposição que estão implicados na Lava Jato, que têm outros processos,

que têm muito a dever à Justiça e que tentaram surfar nas mobilizações de domingo. Estivemos no Parque da Redenção numa mobilização pela democracia, porque era dia 13, mas porque era o dia de mobilização da Frente Brasil Popular, que há um ano se mobiliza neste País contra a venda da Petrobras, pois se há um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, que é uma das mais ricas e maiores empresas brasileiras, esse esquema de corrupção não pode servir de biombo para justificar o que aconteceu há duas semanas, que foi a mudança da lei da partilha, que foi já o início da entrega da nossa riqueza para exploradoras internacionais de petróleo. Estávamos nas ruas domingo e este movimento que é um movimento que é legítimo contra a usurpação do Estado brasileiro, seja um movimento que não seja um biombo para se rasgar a Constituição, para se suprimir processos legais, para favorecer divulgação de provas sem base legal, para haver discricionariedade na aplicação da punição dos processos legais e investigação. Estávamos nas ruas e estivemos hoje ao meio-dia e estaremos mobilizados contra o que nós estamos entendendo que se trata de um novo golpe no País, porque, se as instituições fortalecidas não são respeitadas, instala-se no País um estado de exceção. E os momentos de instalação de estados de exceção, nós conhecemos as consequências deles, as duras consequências deles para o País. Não é uma retirada e uma vitória de quem está fora e que tira quem está no Governo. É uma supressão de direitos do conjunto da população. E, quando não há mais democracia, não há desenvolvimento, porque sem democracia não há manifestação de direitos, não há possibilidade de luta por salário digno, não há possibilidade de luta por terra para morar, por casa para morar, não há possibilidade de luta pela educação, porque quem toma o poder à força, quem rasga a Constituição, é porque não tem nenhuma intenção de ouvir o povo brasileiro, muito menos de democratizar o poder. Então, é disso que se trata...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** ...Quero encerrar, então, a minha manifestação em nome da Partido dos Trabalhadores, dizendo que o comportamento da Justiça Federal, na pessoa do Moro, é um comportamento para lá de tendencioso, comprovado que usa a sua força contra um cidadão, contra a Presidenta e contra o Estado Democrático instituído. E o Juiz Itagiba Catta Preta Neto, que entrou para impedir que Lula seja Ministro, é o mesmo que coloca no seu Twitter, no seu Facebook: Ajude a derrubar a Dilma e volte a viajar para Miami e Orlando. Se ela cair, o dólar cai junto. Esse é o Juiz que age em nome da Justiça, supostamente, e outras fotos dele, posso mostrar para os senhores, nas manifestações de verde-amarelo no domingo. A Justiça tem que manter a neutralidade, tem que manter a capacidade de julgar todos igualmente perante a lei. Se há réus confessos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** ...Se há réus que comprovadamente estão responsabilizados e respondendo processos, não é a Dilma e não é o Lula; ainda há réus que não estão sequer grampeados, perseguidos ou coagidos e conduzem o Congresso Nacional, seguem sendo Deputados. Não é possível haver duas justiças neste País, senão a democracia será rasgada, e a nossa Casa é também guardiã da democracia.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna com a tranquilidade que me dá a responsabilidade, no momento grave em que vive a Nação, do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, um lutador, há 94 anos, pela democracia, pela soberania e pela segurança nacional. Venho denunciar, novamente, em nome do meu partido, como se construiu o discurso do golpe na Nação brasileira, uma grande farsa que se torna verdade aceita por todos. Aqui quero denunciar também o papel midiático que banaliza inclusive as instituições democráticas da Nação e instiga a divisão da Nação brasileira, que é o seu povo. Segundo, o que causa à nossa Nação dois grandes problemas – não é qualquer coisa o que nós estamos vivenciando, neste momento, no Brasil –, o primeiro deles é a quebra da institucionalidade. Senhores, eu, com o meu partido, já vivi isso; leva décadas – e a Nação sabe, são décadas perdidas – a recuperação das instituições garantidoras da democracia. Afrontadas são, neste momento, repito, um momento grave do nosso Brasil, a segurança nacional, a soberania nacional e a democracia, valores muito caros para o Partido Comunista do Brasil e com um preço muito alto para a Nação brasileira, porque isso fragiliza as instituições e o País fica estagnado no seu desenvolvimento, que vinha se desenvolvendo para trazer justiça social, o que repercute não só na vida interna - portanto, no povo brasileiro, nos trabalhadores brasileiros -, mas também externamente, nas importantes articulações econômicas do Brasil no mundo. Quem acha que a recuperação de todo esse mal é tirar a Presidente Dilma de um Governo para o qual ela foi eleita por maioria, democraticamente, está cometendo um ledô engano.

Eu vou ao episódio de ontem, do grampo – é uma questão de segurança nacional! – no telefone da Presidente eleita democraticamente, e não posta ou imposta por golpes de Estado. A Lei nº 9.296, de 1996, é explícita: grampos que não têm relação com fatos investigados devem ser destruídos, e não revelados ao arbítrio do juiz. Um juiz de 1ª instância cometeu um crime contra a Nação. Dilma não está sendo investigada! Primeiro, não podia grampear; segundo, não devia divulgar. Isso é de uma irresponsabilidade enorme. Além disso, este estado de exceção que nós estamos vivendo contra o Estado Democrático de Direito não deixa espaço para o diálogo na Nação brasileira. Há enormes irresponsabilidades nisso: irresponsabilidade da grande

mídia, que ateia fogo no circo armado contra o nosso Brasil; irresponsabilidade de ações intempestivas do Juiz Moro – o que pode botar por terra, inclusive, as investigações da Lava Jato. Talvez, senhores, esse juiz já tenha atingido o seu objetivo com a seletividade nas investigações da operação. Claro, não é combate à corrupção! É destituir um Governo democraticamente eleito, que é o Governo da Presidente Dilma. Moro não é a justiça brasileira! E mais: Lula como ministro não significa que, em possíveis investigações, ele tenha foro privilegiado. Isso não é consolidado no Supremo Tribunal Federal. Vou reavivar a memória aqui. No mensalão ocorreu, através do Supremo Tribunal Federal, e o Ministro da Casa Civil, na época, foi preso.

Finalizando, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não há meio termo, não há muro hoje na Nação Brasileira; o País está dividido por ações intempestivas, por quem não quer que o País se desenvolva, por quem é contra a Nação Brasileira, entre democratas e golpistas. O PCdoB tem lado, está como sempre, ao lado da democracia.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença no plenário da representante da NAR, National Association of Realtors, Alicia Madsen, que é a Associação Nacional dos Corretores de Imóveis Americana, que está aqui no Rio Grande do Sul, e no final do mês nós vamos ter uma conferência global de corretores no Rio de Janeiro, e ela veio aqui fazer uma visita para nós, no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Então, eu gostaria que constasse nos anais dessa Sessão a presença da Alicia, acompanhando a nossa sessão de trabalhos na tarde de hoje. Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Seja bem-vinda, Sra. Alicia Madsen, à nossa Casa, a Casa do Povo de Porto Alegre.

Eu também gostaria de saudar, aproveitando a presença, o nosso Vereador Suplente, Antonio Matos, grande guerreiro e lutador pelas causas negras.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, então, eu acredito em coelhinho da Páscoa, em Papai Noel, em fadas, e o ex-presidente Lula é bom e honesto, e o Juiz Sérgio Moro é ruim e não presta. Lula é um excelente artista, realmente. Quero dizer para vocês que não conheço um artista igual como o ex-Presidente Lula. Ora, senhoras e senhores, a Nação foi levada à barbárie. A operação Lava Jato demonstrou com abundante material probatório, confissões, devoluções de quantias, discriminação de fatos, datas que algumas das maiores empreiteiras do País se envolveram com o Governo em negócios escandalosos. E eu tenho que escutar numa quinta-feira, à tarde, depois do País inteiro estar em convulsão... Na última manifestação de domingo, somente em Porto Alegre, 150 mil pessoas estiveram no Parcão de forma espontânea contra o Governo Federal, contra a

corrupção, contra o desvio de dinheiro, contra o descaso com o povo brasileiro, não bastasse isso, dois únicos bonecos estavam naquelas manifestações dentro de uma gaiola de passarinho, o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma com uniformes de presidiários. E o que fez a Presidente? A Presidente Dilma indicou, mesmo assim, para Ministro da Casa Civil, o Lula. O que aconteceu ontem? Eu estava lá no Parcão, aconteceu que a população porto-alegrense, de forma espontânea e imediata, ocupou as ruas do Parcão! Vinte e cinco mil pessoas foram caminhando até o Palácio Piratini, revoltadas, indignadas. Ora, isso é uma afronta à população brasileira, corrupção, situação política, economia estagnada do País! O que nós queremos, o que qualquer brasileiro decente quer nesse momento? Decência, honestidade! Ora, não venham me falar aqui sobre ligações, se podia, não podia. Pois, hoje, me debrucei demoradamente sobre essa questão jurídica - com muita honra venho de uma família de advogados -, não vou saber aqui repetir as palavras técnicas, podia, sim, gravar! Sabe por que? De forma coloquial, um agente público não tem conversa privada quando está tratando de bem público. Interessa ao senhor, a mim, ao povo brasileiro, é o nosso dinheiro! Há de se ter rigor com o dinheiro público. Eu quero dizer aqui desta tribuna e comentei hoje que o que eu não esperava de tudo isso, a minha surpresa foi constatar a ignorância de uma presidente. Falar ao telefone da forma como falou, tirando os termos chulos do Presidente Lula! Que vergonha ter aquele homem no comando de um país! Eu fiquei enojada, tamanho os palavrões que eu fui obrigada a escutar e que a imprensa colocou certamente.

Eu quero dizer para vocês que, já de antemão, que aqueles que tiverem cometido qualquer irregularidade, seja do meu partido ou de outros, têm que ser punidos e expulsos dos partidos. A diferença entre esta que vos fala e aquelas que estiveram na tribuna é que eu não comungo com erros! Eu não passo a mão em laráprios, bandidos e criminosos! Eu quero que sejam responsabilizados. Tem que valer a pena ser honesto neste País! Tem que valer a pena sair de casa, deixar filho, marido, viver esta vida aqui, chegando de manhã e indo tarde para casa, cumprindo duras agendas, enfrentando esses absurdos que a gente vê! Tem que valer a pena. Do contrário, senhores, se nós não colocarmos finalmente uma trava, não admitirmos sequer que ocupem cargos nesta Câmara pessoas de ficha suja, e não nos revoltarmos a respeito do que está acontecendo em Brasília...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Apregoo Ofício de autoria do Ver. Rodrigo Maroni que comunica sua desfiliação do PCdoB, no dia 16 de março de 2016, junto ao Tribunal Regional Eleitoral. No mesmo documento, informa sua filiação ao PR, Partido da República, passando a ser Líder da bancada desse partido nesta Casa a partir do dia de hoje. Em anexo, carta de desfiliação protocolada no Tribunal Regional

Eleitoral, dirigida ao Presidente do Tribunal, bem como ao Juiz Eleitoral. Porto Alegre, 17 de março de 2016. Vereador Rodrigo Maroni.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Ver. Delegado Cleiton, na presidência dos trabalhos; demais colegas Vereadoras e Vereadores, ontem anunciei e agora reitero o meu enorme carinho pela Bancada do PCdoB, em nome do Márcio Cabral, da Jussara Cony, e todos os representantes do partido pelos quais tenho um carinho e uma relação de respeito bastante grande. Como comentei ontem, tomei a decisão de me filiar ao PR hoje, decisão muito bem pensada nos últimos meses. Inclusive, nesse período, fui convidado por todos os partidos, o que bastante me honrou, porque há muitos partidos bacanas, principalmente aqui em Porto Alegre, com muita gente legal, com partidos plurais e que respeitam bastante a diversidade. Mas tomei a decisão pela filiação no PR, e levei a fundo essa reflexão, fundamentalmente pelo que tenho discutido diariamente aqui. Quero fazer uma referência ao meu Chefe de Gabinete, o Lopes, que seguramente foi uma interferência determinante na minha decisão; dividiria com ele os 50% da minha decisão pela mudança de partido. A gente constrói hoje uma condição que acho bastante favorável a partir dessa decisão, e o partido, inclusive, decidiu, na noite de ontem, fazer também o meu lançamento, com a minha filiação no dia de hoje, como pré-candidato a Prefeito de Porto Alegre. (Palmas.) Uma decisão difícil. E quero dizer que, para mim que sou um jovem, gerou bastante angústia e bastante ansiedade. Hoje pela manhã, eu comentava das minhas olheiras, Mario, porque eu fui dormir ontem pensando nisso, e, naturalmente, eu acordei muito antes do meu horário de acordar, pela ansiedade. Talvez eu tenha dormido duas ou três horas esta noite. Porque quando tu te colocas numa condição de exposição e de um debate tão importante quanto à candidatura a Prefeito de Porto Alegre, seguramente gera toda uma responsabilidade. A candidatura foi muito decidida a partir da perspectiva da gente tentar tornar Porto Alegre a capital internacional dos animais. Eu comentei sobre isso, hoje, quando a gente anunciou a candidatura a Prefeito. E aí tem gente que vai questionar “mas é só para os animais?” E eu falava sobre isso: naturalmente, não, mas tem muita coisa a ser conquistada pelos animais, porque se para tudo falta, a política pública para os animais não existe. Hospital público 24 horas, castração em cem por cento dos animais de rua, ambulância, brigada dos animais, e assim gerar uma referência no País inteiro, inclusive, com relação a ser a primeira capital internacional dos animais.

E quero dizer que uma das coisas que eu defendo publicamente, caso eleito como Prefeito, é que eu quero abrir mão do meu salário, Elizandro, porque acho que um Prefeito tem que ter um gesto, para a sociedade, de vocação de amor. Hoje, gasto todo o meu salário com a minha pauta, não seria caro para um Prefeito fazer esse gesto e ter um outro trabalho. Eu, por exemplo, sou professor de ioga, posso dar aula de ioga num momento em que não estou exercendo o meu trabalho como Prefeito.

Então, eu quero levar esse debate, vamos procurar todos os partidos para fazer essa discussão, e tenho certeza que a gente pode construir uma alternativa. Vai ser

uma eleição profundamente de desconhecidos. Hoje não há uma candidatura que passe de 5% ou 10%. Seguramente, o dinheiro, naturalmente, vai ser determinante, como é nas campanhas majoritárias, mas a criatividade e a alegria, e, principalmente, a demonstração de se fazer com amor, eu acho que pode ser maior. Inclusive, eu digo que quero convidar para serem secretários no futuro, se a gente ganhar essa eleição, mais do que teóricos ou burocratas, de mandatos parlamentares... Eu acredito que o Secretário tem que viver e sentir na pele o que o povo passa. É muito fácil fazer discurso à distância, sobre as situações. Quando eu coloco a mão num animal com sangue ou com dor, na madrugada, com chuva, eu vejo medo e sinto o que aquele animal sente. E eu acho que hoje a política está do jeito que está, lamentavelmente – atrasada, tradicional, conservadora –, porque os políticos são capazes de fazer 500 mil discursos, mas a sua prática não condiz com 5% do que falam. E isso a população sente na energia que se estabelece. Tem muito político a partir de nome, sobrenome, mimado que nunca sentiu na pele a falta da política pública. Então, faço um convite aos colegas para refletirem isso, independente de qual candidatura...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Apregoo o PLL nº 028/16, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, e o PR nº 009/16, de autoria do Ver. Paulo Brum.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste em casa e nas galerias, principalmente nesta tarde, que não acredito que tenha muito gente nos assistindo, mas as crianças estão. As crianças devem achar que o Brasil, nesses dias, está vivendo no mundo de Nárnia. Nós temos, de um lado, um leão de Nárnia, que representa o povo brasileiro, o qual está enfrentando a Rainha do Gelo, que é representada pela Presidente Dilma Rousseff, pelo Lula, pelo PT, que me dá a honra de se retirar do plenário, porque a verdade realmente corrói e dói aos ouvidos. Ou estamos vivendo a Alice no País das Maravilhas: o povo brasileiro é a Alice e o Governo deve ser a Rainha de Copas. O Governo também pode ser, com certeza, o Chapeleiro Maluco, porque é um governo maluco, adoidado, doido e, como disseram alguns políticos, atrapalhado! Um governo que só faz atrapalhadas, um governo que zomba do povo brasileiro! Zomba como a Presidente, no ano passado, que deu dois presentes para os trabalhadores: a MP nº 664 e a MP nº 665. Zomba quando um Presidente diz que um apartamento de duzentos e poucos metros quadrados é Minha Casa, Minha Vida, zomba do povo brasileiro quando o Presidente diz que está se lixando para a Polícia Federal e para o povo brasileiro. E agora posam de vítimas, dizendo: “Pelo amor de Deus, como o Moro grampeou o Lula?” O Lula é um bandidinho, como qualquer outro bandido que a gente vê nos presídios brasileiros, é um bandidinho batedor de carteira, é um bandidinho que roubou, é um bandidinho que tinha

que pedir música no Fantástico, porque tem o mensalão, tem o petrolão, tem os correios, tem quinhentas roubalheiras neste País, que estão provadas. E ele achou que ia sair imune! Achou que estava acima de qualquer coisa, achou que estava acima do bem e do mal. Achou que a Presidente, já falei aqui ontem... Bandidinho chinelão, que correu para baixo da saia da mãe. A gente vê seguidamente isso. Tem bandido que é bandido, entra na delegacia de cabeça erguida, entra na delegacia de peito aberto; e tem bandido que é chinelão, entra na delegacia com a cabeça escondida, entra na delegacia chorando, pedindo a mãe – ele foi correndo para debaixo da saia da mãe: “Leva o documento aí, se der qualquer problema tu usa.” O documento era de que ele era Ministro – que vergonha para o povo brasileiro. E hoje o meu partido teve o orgulho de um deputado se infiltrar lá dentro e dizer que era uma vergonha. Tomou um tapa na cara de uma petista raivosa, a vergonha foi dizer: “Está aqui o senador um, dois, três. Está aqui o deputado um, dois, três, quatro, cinco, seis”. Não foi nem capaz de dizer: “Está aqui uma dezena de senadores, uma centena de deputados, estão sendo abandonados pela sua base”. Ninguém mais aguenta a roubalheira! Então não é golpe, é *impeachment*! Isso é *impeachment*! Golpe é roubar o povo brasileiro! Golpe é fazer o que fizeram! Então não venham me dizer que isso aqui é golpe, não é golpe nenhum! Não são os democratas, golpe foi dado neste País quando roubaram este País! Quando destruíram a maior empresa petrolífera do mundo! Quando quebraram Os Correios! Isso é golpe! Enganar o povo brasileiro e depois dizer que o Juiz não poderia divulgar, mas o homem era um ladrãozinho comum. O homem está agora buscando a saia do Supremo Tribunal Federal. Ele era um ladrãozinho comum; se fala com ladrão, fala com ladrão, se fala com bandido, fala com bandido. O juiz fez um bem para a democracia, escancarando a sem-vergonhice, escancarando...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicações.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Escancarando o deboche com o povo brasileiro. Um deboche! Por que não podia divulgar com quem realmente de fato é o patrão? Agora, o papo aqui é de peão para peão, aquele peão bateu ponto como eu; aquele peão tinha patrão como eu. É um papo de peão para peão, ele sabe quem é o patrão dele, é aquele que sai de casa de manhã todos os dias, pega um ônibus lotado; é aquele que sai de casa com a sua marmita, chega lá, com esse calor, abre a marmita, e a comida está azeda, e, mesmo assim, continua produzindo! É aquele que trabalha até o dia 1º de junho para pagar imposto! É aquele que chega lá e tem uma fila no posto de saúde para ser atendido, ou ele vai ao posto de saúde porque ele não tem nada para fazer em casa? Não gostou da novela. Esse é o patrão dele. E o patrão dele merece saber o que está acontecendo neste País, sim, senhor! O patrão dele é que paga impostos todos os dias. É o patrão dele que produz. E o patrão dele é o trabalhador brasileiro, é o povo brasileiro! É quem produz neste País! É o pequeno e médio empresário, que estão tendo

uma carga tributária altíssima! E o que esse peão disse? Que tinha saída para o Brasil sair dessa crise! Ele já deu tudo que tinha de dinheiro para as suas amigas empreiteiras, que dão milhões para o Instituto Lula. Mas agora ele queria mais; ele queria pegar as reservas internacionais do Brasil e botar na roda. Ele queria dar, mas não para o povo; ele queria dar para os seus amigos banqueiros, que é só quem o está segurando. Esses não apareceram ainda nas gravações nem nas delações – os banqueiros. Ele queria mais ainda, botar o Meirelles de Ministro, a quem eles tanto criticaram e que representa o sistema bancário. É a saída dele. Queria mais ainda, aumentar ainda mais as taxas de juros! Isso só vem a piorar a taxa de desemprego.

Nós tivemos a pior taxa de desemprego em fevereiro neste Brasil. O pior nos últimos 24 anos. É por isso que o povo está na rua. Além da roubalheira, o povo está na rua porque tem uma recessão incrível neste País, uma recessão nunca vista neste País! Este País está com uma inflação galopante. Só quem compra arroz, feijão, açúcar, sal, óleo, só quem vai o dia a dia no supermercado sabe a inflação que está neste País! O desemprego que está neste País! Ou os colegas não têm recebido pessoas, diariamente, nos seus gabinetes entregando currículos? Ou só acontece comigo isso? Quando eu cheguei aqui nesta Câmara, eu nunca recebia um currículo no meu gabinete. Agora, diariamente, vêm pessoas entregando currículo, pedindo emprego. Ou vocês não leem o jornal no gabinete de vocês? Antes, o classificado era só anúncio de carros, etc, e hoje são anúncios enormes de pessoas se oferecendo para trabalhar. Ou não observaram isso? Isso é a recessão. É isso que leva as pessoas para rua. É isso que dobrou as caminhadas de março de um ano para outro. É isso que levou 25 mil pessoas, ontem, às 23h, à frente do Palácio do Governo, exigindo que o Governador Sartori entregasse os cargos do PMDB, em Brasília. É isto que está fazendo as pessoas irem às ruas: a indignação! Então, não tem nada de golpe aqui não! Isso é *impeachment*! *Impeachment*, que eles usaram para pedir o *impeachment* do Collor, que eles quiseram para o Itamar, para o Fernando Henrique, e agora nós queremos para a Dilma. Porque além de tudo que ela fez, da responsabilidade fiscal, além de mentir para os trabalhadores na eleição, está aí a propaganda do PSB dizendo que ela não ia usar a CPMF e está pedindo a CPMF! Está aí o que ela fez para os trabalhadores: ela se reuniu com as centrais sindicais e disse que ia aprovar o fim do fator previdenciário, as 40h semanais, mas não, ela retirou direito dos trabalhadores! Então, tem que sair! Mentiu para o povo, tem que sair! Por isso que o *impeachment* não tem volta aqui não! Golpe estão dando é no povo! Estão aí as gravações para provar isso. Ilegal é o que estão fazendo. Isso é ilegal. O que o Sérgio Moro fez foi um ato de patriotismo. Um homem que nem Ayrton Senna, que levava a bandeira deste País, o que Sérgio Moro fez foi dar dignidade para o povo, levar esse povo, historicamente, voluntariamente, para a rua. Muito obrigado, Sr. Presidente. Com força, fé e solidariedade, nós vamos acabar com a vergonha neste País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereador. O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DR. RAUL FRAGA:** Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Vereadoras, Vereadores, todos que nos assistem neste momento, nós estamos aqui para falar em Liderança num momento muito difícil para a sociedade brasileira, num momento em que todos nós estamos impactados pelo que está acontecendo no nosso País. E temos que realmente ter posição e manifestar a boa política que queremos levar o Brasil em frente, com qualidade, com ética, com um futuro melhor para todos os nossos filhos, nossos netos. E agora, nós tivemos, há pouco, a nossa reunião de Bancada do PMDB, de onde tiramos uma nota oficial que eu gostaria de ler, neste momento, para todos (Lê.): “A Bancada de Vereadores do PMDB de Porto Alegre, composta pelos Vereadores Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro e Dr. Raul Fraga, vem por meio desta declarar seu repúdio à permanência do partido no Governo Federal. Os últimos acontecimentos que se somam a uma série de estarrecedores eventos que desrespeitam toda a sociedade brasileira, agravam a crise política e econômica pela qual passamos. O diálogo e a união devem fazer parte da luta política, inclusive para atravessarmos o atual cenário, mas também precisamos saber do momento de repudiar e isolar aqueles que atentam contra a nossa Constituição Federal e aos preceitos básicos que orientam a boa política, que, na nossa visão, deve ser pautada pela ética, pela transparência e principalmente pelo respeito a toda a população. Esses valores não são mais compartilhados pela Administração federal e foram sumariamente desrespeitados por aqueles que ocupam os mais altos cargos públicos no nosso País. Como representantes eleitos de nossa população porto-alegrense, não podemos nos calar. Os graves fatos revelados nos últimos dias empurram o atual Governo da Presidente Dilma Rousseff para o seu final. Por fim, a Bancada do PMDB, na Câmara de Porto Alegre, reafirma o seu compromisso com toda a sociedade brasileira”. Esta é a nota oficial da Bancada do PMDB de Porto Alegre, a qual faço questão de transmitir aqui neste momento de Liderança, ressaltando que nós estamos junto com a população, queremos o melhor para a sociedade brasileira, o momento é um momento duro, difícil, que todos teremos que atravessar. Tenho certeza de que estamos num caminho agora que vai nos levar para um Brasil melhor, um Brasil que precisa realmente renascer e renascer para os nossos princípios éticos, transparentes, preocupados realmente com a saúde pública, preocupada com a segurança pública, com a nossa educação. Sabemos que a melhor arma que temos para combater a sociedade de um mal constituído é realmente a educação. Sabemos que temos que andar nessa linha, na linha de fazer uma infraestrutura realmente fiscalizada, compartilhada com a população. Queremos todos que o Brasil esteja cada vez melhor e sejamos protagonistas nesse processo por uma sociedade que seja adequada, que seja digna para todos os porto-alegrenses e para todo o povo brasileiro. Obrigado. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, minhas senhoras e meus senhores, neste período de Comunicações, poderíamos dar continuidade ao debate que as nossas Lideranças estão fazendo, mas eu acho que nós temos alguns assuntos da Cidade que não podem ser esquecidos.

Eu tenho uma preocupação com o estado de abandono de muitas ruas de Porto Alegre. Não vejo a limpeza organizada. O lixo tomou conta de várias ruas. Há um galpão a céu aberto em plena Rua Uruguai, meus caros Líderes – falo especialmente para a Liderança do Governo.

No entorno de um dos principais hotéis da Cidade, o City Hotel, há um acampamento. Na frente do Guaspari, o primeiro prédio modernista de Porto Alegre, tem uma feira de camelôs, que toma conta de toda a calçada. Não bastasse isso, vendem-se frutas, verduras, que vêm aos borbotões da Ceasa, aquela compra que se faz, que, na verdade, é um restolho, e toma conta da Av. Salgado Filho e da Av. Borges de Medeiros. Na Av. Borges de Medeiros, a situação chega a tal ponto que os ladrões estão adorando: você passa por um corredor polonês e é assaltado sistematicamente.

Gostaria de ouvir os Vereadores, se concordam com a pirataria que tomou conta do Centro de Porto Alegre. Vendem-se óculos solares a cada esquina; vendem-se CDs piratas a cada ponta da rua; e a Rua da Praia virou um acampamento. Isso mesmo. Com barraca e tudo! Absolutamente tudo! Onde está a administração pública municipal? Afinal de contas, assim como um promotor, um procurador, o Ministério Público são fiscais da lei - como dizia o Ver. João Dib aqui, leis nós temos muitas -, o Vereador tem que, antes de criar novas leis, antes de fazer proposições legislativas, fiscalizar o Executivo. É função do Vereador ou não é função do Vereador fiscalizar o Executivo?

Quantas vezes são lavados os contêineres em Porto Alegre? Em Caxias, na gestão passada, o Sebastião Melo, o Braz e eu - não me lembro quem foi mais, mas eu me lembro de nós três - fomos a Caxias do Sul e nós vimos que lá três vezes por semana os contêineres são lavados. E lá tem dois contêineres: um para o lixo seco e outro para o lixo orgânico. Aqui, não. Aqui se coloca uma caçamba recolhadora de entulhos da construção civil e vira um lixão. Os contêineres, as pessoas encontram muitas vezes lotados e deixam o lixo no chão, e muita gente simplesmente joga no chão. Onde está o papel do serviço público?

Nem falo aqui das pessoas desvalidas, com problemas de saúde mental, drogadizadas jogadas pelas ruas da cidade. Qual é a política, afinal, que nós temos para a questão social, para a questão da saúde, para morador de rua? Nós temos uma cidade abandonada. E um Vereador tem obrigação de ser fiscal do Executivo. Eu pretendo ser, cada dia mais, com mais vigor, mais determinação, sem xingamentos. Eu sei dos limites do Executivo, mas a mim cabe trazer aqui e pelo 156, pela caixa de *e-mails* dos secretários, através das mensagens pelo Facebook, pelo Twitter, pelo WhatsApp falar

diariamente com cada secretário, com cada responsável pela administração pública. Eu acho que o papel do Vereador, antes de tudo, é fiscalizar.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, quero cumprimentar o Ver. Delegado Cleiton que preside esta Sessão e dizer ao meu amigo Ver. Adeli Sell, que está de volta a esta Casa, que é importantíssimo, sim, fazermos a discussão da nossa Cidade. E como é bom ver um Vereador do PT respeitar as instituições, principalmente no seu vocabulário, quando ele diz: no respeito sempre vou fazer a minha fala. Diferente do líder nacional do Partido dos Trabalhadores. Por isso respeito tanto o Ver. Adeli Sell, que está novamente nesta Casa e não tenho dúvida nenhuma de que vai engrandecer o nosso debate. Mas quero dizer também ao Ver. Adeli que a cidade de Porto Alegre vem trabalhando bastante para melhorar e qualificar os seus serviços. Ver. Raul, hoje nós temos à frente do DMLU, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o André Carús que, na minha opinião, está fazendo um excelente trabalho à frente daquele Departamento. Como também temos à frente da Fundação de Assistência Social e Cidadania o Marcelo Soares que, na minha opinião, também está fazendo um excelente trabalho. Em relação à situação de rua adulta, que o Ver. Adeli coloca, as dificuldades são imensas para enfrentar e resolver essa situação. Mas eu tenho muito orgulho, Ver. Bernardino, Ver. Bosco, que foi um grande parceiro nessa política que eu vou falar, na época do PT em Porto Alegre crianças e adolescentes morando e vivendo nas ruas de Porto Alegre. E não eram poucas, eram centenas de crianças de crianças e adolescentes que viviam nas ruas de Porto Alegre usando drogas, pedindo dinheiro. E o governo que naquela época dirigia a Cidade dizia que a rua era lúdica, dizia que na rua se construía relação, se construía amizades, famílias, mas nós quando chegamos mudamos esse conceito, que criança e adolescente têm família nas suas casas. Quando nós não tínhamos famílias estruturadas tínhamos que buscar abrigos residenciais e casas lares para essas crianças porque a rua não faz bem para ninguém. A política foi construída a várias mãos, Ver. João Bosco Vaz, pela Secretaria do Esporte, o Bonde da Cidadania, o Ação Rua, abrigos, casas lares, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Foram muitos e muitos parceiros que construíram esta política que hoje tem resultado na cidade de Porto Alegre. Em relação à situação de rua adulta o Prefeito Fortunati e o presidente Marcelo têm feito todo o esforço junto com o Secretário Luciano Marcantônio que logo estará conosco nesta Casa. Abrimos diversos equipamentos, aumentamos as equipes e acreditamos que o resultado virá. Não é tão simples quanto à questão da criança e do adolescente em que temos um regimento, um estatuto e uma lei. Infelizmente essas pessoas que hoje ficam nas ruas de Porto Alegre há uma discussão de que eles têm todo o direito de ir, vir e ficar onde estão. Esta discussão, sim, serve. Aquela pessoa que se estabeleceu, por exemplo, numa parada de ônibus, que pertence a toda a sociedade, uma

parada de ônibus onde crianças, adolescentes, idosos, senhoras e senhores utilizam deve ficar exclusivamente para uma pessoa que está em situação de rua e montou sua casa? Essa é uma discussão que me serve. Eu acho que não. Acho que esta pessoa tem que ser encaminhada para os espaços públicos que possam melhorar a sua vida e a sua dignidade e garantir os seus direitos. Isto sim é garantir os direitos humanos. Mas infelizmente, Ver. Bosco, qualquer ação que se faça neste sentido hoje, tanto o Prefeito quanto o Presidente da Fundação ou os servidores públicos municipais que vão cumprir com a sua obrigação muitas vezes, depois, recebem uma Ação Civil Pública da Promotoria dos Direitos Humanos. Essa discussão é importante ser feita. Essas pessoas merecem todo o atendimento, todos os serviços públicos da Cidade, mas todas as outras pessoas que são cidadãos da Cidade, merecem também poder utilizar, e eu cito a parada de ônibus porque todas as pessoas utilizam, como poderia falar nas praças, nos parques da Cidade. Eu já trabalhei essa área na Fundação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Só para lembrar aos colegas que hoje às 16 horas teremos o comparecimento do Secretário Municipal da Fazenda, Jorge Luís Tonetto, para tratar de temas relativos à situação financeira no Município, conforme Requerimento nº 010/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton, brilhante como sempre, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ouvi seu discurso inflamado, Ver.<sup>a</sup> Mônica, lá do meu gabinete, pois estava atendendo uma unidade que foi lá me procurar, e parei para lhe ouvir. Cumprimentos! Tenho certeza de que V. Exa. voltará a esta Casa com muita força e determinação, como é do seu estilo, como é da sua herança pessoal, de bons costumes. Queria fazer esse registro como uma homenagem a V. Exa., que tem sido uma guerreira aqui para enfrentar este pessoal que se promove com a desgraça do povo brasileiro. O Brasil está cansado de ver os malfeitos sendo compensados pela mesma trupe, pela mesma gente que faz tanto mal ao País, que insiste em dar bofetadas na cara do povo brasileiro a cada dia, a debochar do povo brasileiro. O que nós assistimos, de ontem e hoje, consegue superar todas as grandes ladroagens, porque o que fizeram de ontem para hoje é tentar roubar a consciência do povo brasileiro, é tentar menosprezar a inteligência das pessoas de nosso País, das pessoas de bem. O Brasil é formado por uma população de bem, existem pobres, existem ricos, existem remediados, mas não existe aquilo que o PT quer dizer: eles. Eles são eles, só. Não é povo brasileiro que é eles. O conceito que eles tentaram dar de coxinhas, será que o Brasil é formado por 90% de coxinhas? E 10% que aplaudem com benefícios; só aplaudem, porque são beneficiados. Esses aplausos a essa gente custam muito caro ao povo brasileiro, custam muito caro, e nós estamos pagando

com suor, com desemprego, com juro alto, alimentando os banqueiros. Sr. Presidente, se eu estivesse no telefone, eu diria que estava grampeado por estar falando mal do PT. No microfone, eu não sei o que aconteceu, apenas ficou mudo, mas eu não posso parar de falar dessa gente que tanto mal faz ao Brasil, que tanto mal faz ao Brasil. Ver. João Bosco, eu vejo no Twitter, às vezes, no telefone, no WhatsApp, as vossas manifestações. Li agora uma manifestação do Deputado Pompeo, dizendo que o PDT não tem nada a ver com isso. Todos nós temos alguma coisa a ver com isso, sim; todos nós! No meu partido, por exemplo, tem um monte de gente que precisa ser varrida, assim como em muitos partidos precisa isso: o PP, todo mundo que fez parte do Governo até agora, todo mundo! Todo mundo tem um problema, mas as pessoas que ainda têm dignidade, e são a maioria do povo brasileiro, têm que se levantar, Ver.<sup>a</sup> Mônica, e gritar bem alto, sem medo, com coragem para enfrentar o que tiver pela frente, porque enfrentamos essa gente com a verdade, sempre com a verdade e vamos continuar enfrentando com a verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria que as Vereadoras Mônica e Sofia pudessem prestar atenção um pouquinho, porque vim à tribuna justamente para não falar na ausência da Ver.<sup>a</sup> Sofia, que é a Procuradora da mulher aqui nesta Casa. Eu não vou aqui entrar em detalhes se os grampos foram ou não ilegais, quem tem culpa, quem não tem, não cabe a mim julgar, eu faço outro tipo de política. Agora, o que me surpreendeu e me entristeceu muito – e me falta coragem para chegar aqui e dizer que não quero mais concorrer a Vereador, porque estou envergonhado de ser Vereador, estou envergonhado; preciso ter essa coragem que o Bernardino teve para desistir, mas estou pensando nisso –, o que me entristeceu muito foi o linguajar chulo, sujo, de baixo nível do Presidente Lula, um homem em quem eu votei. Eu votei e faço um *mea culpa*. Por que eu chamo a Ver.<sup>a</sup> Sofia? O ex-Presidente Lula se referiu à Deputada Maria do Rosário e a outra Deputada do PT, dizendo ao seu interlocutor: manda essas duas, a Maria do Rosário e a Fulana, de grelo duro... Que vá lá xingar o Janot, mas tratar as duas mulheres deputadas dessa maneira, com essa baixaria, Ver.<sup>a</sup> Sofia? Eu sei que a senhora não concorda com isso. Tem que ler, porque a senhora só lê o que lhe interessa, só ouve o que lhe interessa. Eu não estou aqui, Vereadora, tomando partido, nem de um lado, nem do outro; eu estou aqui para defender a Deputada Maria do Rosário e a sua companheira, porque a senhora não teve coragem de vir aqui, quando a senhora é a grande protetora, entre aspas, das mulheres desta sociedade. Eu estou indignado com isso! O que ele disse do Janot, o que ele disse do Presidente do Senado, o que ele disse do Presidente da Câmara, disse muito bem dito.

Agora, destratar as companheiras de partido usando esse palavrão? Sinceramente, me falta coragem para desistir e largar esta Casa aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereador. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero cumprimentar, inicialmente, o Ver. Adeli Sell, porque traz a este plenário a preocupação de nós discutirmos mais Porto Alegre. Quando digo, às vezes, que me envergonha a condição de Vereador, são questões momentâneas, até porque nós precisamos respeitar todos os colegas; mas é verdade, em certos momentos, eu tenho vergonha, tenho dito isso aqui. As coisas não são feitas na nossa Cidade, e nós somos constantemente cobrados, sem condições, muitas vezes, Vereadores, de dar uma resposta responsável para a sociedade. A maioria dos que estão exercendo cargos com poder de decisão, que têm a caneta na mão e que podem determinar, não tem vergonha, porque eles falam de Porto Alegre para o mundo, dizendo que Porto Alegre é a cidade da participação popular, que aqui o povo opina, tem satisfação, tem resultados. É mentira! Não tem uma Secretaria... Eu vou fazer uma ressalva: a Secretaria da Fazenda. Os demais departamentos estão todos a merecer um melhor serviço para a sociedade. Então, eu não estou nesse grupo. E não fala aqui quem é oposição. Eu não sou da oposição, Ver.<sup>a</sup> Sofia. E não tenho o direito de lhe dar conselho; quem sou eu, afinal de contas? Mas convivendo quase 12 anos com a senhora aqui, me credencio a lhe dizer: eu não sou desses que acusa o partido como um todo. Não, não! Olha, lá no meu, se fizer um levantamento, se salva pouco. Essa é a verdade, eu já disse isso. Lá no PROS se salva pouco; muito pouco. E vou lhe ser sincero, Ver.<sup>a</sup> Mônica, a senhora fez um discurso inflamado aqui, e nós acompanhamos, atentamente também, e eu sei o quanto é duro, e às vezes a gente até exagera; eu já exagerei tantas vezes aqui. Acho que o Ver. Bosco agora também, Ver.<sup>a</sup> Mônica, exagerou, porque ele falou ali que as deputadas G duras, não sei o quê. Eu entendi gaúchas duras. Agora V. Exa. tem outra interpretação. Até vou dar uma olhada nisso, porque a transcrição da fala realmente tem um G ponto... E não sei o que é. Realmente, é preocupante, se for verdade.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Bom aí, Ver.<sup>a</sup> Sofia, a senhora não pode mais defender o senhor Lula.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Ver. Bernardino, eu peço que o senhor não leia, não repita, em respeito a esta Câmara e às pessoas que estão aqui.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Eu tenho a impressão que usou gaúcha dura, ou coisa parecida; não essa palavra. Mas tudo bem.

Vamos retomar a nossa fala. Vejam os senhores, o que leva o radicalismo, Ver.<sup>a</sup> Sofia, na coluna fantástica do David Coimbra – não me chamem de defensor dos militares, da intervenção militar; me chamem, sim, de alguém que respeita as corporações e as entidades todas – diz assim: (Lê): “Durante vinte e um anos os brasileiros penaram com a ditadura militar.” Eu não penei! Quem penou, com certeza absoluta, era quem andava assaltando, os preguiçosos, os exploradores do povo, esses penaram, não dá para dizer que todo o povo, porque não foi todo o povo. Esses que estão aí sendo caçados e perseguidos hoje, é verdade, esses estavam lá, roubando e assaltando lá atrás. Essa é a verdade, esses, sim, estavam naquele grupo que era perseguido. Essa é a verdade, não dá para negar! Eu não estou defendendo intervenção militar, não é isso, pelo amor de Deus! É profundamente lamentável que a gente presencie aqui colegas Vereadores que tem credibilidade... A senhora é uma Vereadora respeitada, a senhora não pode defender todo o PT, não faça isso, por favor! A senhora nos representa como uma líder feminista, não faça isso! Não defenda todo o PT, Vereadora. Não faça isso! Isso é um crime o que a senhora está fazendo, porque o Lula estava grampeado, sim, com autorização do judiciário, logo, grampeia todos que falam com ele. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Reginaldo Pujol, na condição de Líder da Bancada do DEM e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dinho do Grêmio, no dia de hoje.

Antes de dar continuidade aos trabalhos, gostaria de dizer ao Ver. Bosco que não falei em nenhum momento que o senhor faltou com o respeito. Só acho que, presidindo os trabalhos, não deveria continuar com o mesmo linguajar. O senhor leu o que foi escrito, mas acho que a repetição não seria favorável principalmente para quem está nos ouvindo aqui. Era isso.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Dr. Goulart, com autorização do Ver. Paulo Brum.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Ver. Delegado Cleiton, pessoas que nos assistem, Vereadores e Vereadoras; eu utilizo agora esta tribuna para fazer um desabafo. De uma forma muito espontânea, entre surpresa e chocada – ultimamente tem sido difícil –, eu ontem estava nesta Casa, quando recebi uma ligação de um jornalista, colega Voltaire Porto, me perguntando o que é que eu tinha para dizer sobre a nomeação do diretor administrativo desta Casa, já que ele foi um invasor da Câmara Municipal, conhecido por João sem Medo. Eu tomei um choque! Confesso a vocês que, num primeiro momento, eu fiquei impactada e achei que aquilo não podia ser. Depois,

me lembrei de que, lá na garagem, esses dias, um funcionário também comentou, e eu achei que era brincadeira. Imediatamente eu me coloquei...

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, eu, como presidente à época, em 2013, não vou aceitar esse tipo de coisa! Não vou aceitar! Esse cidadão esteve aqui e disse que esta Casa não o representava. Agora, para auferir benefício econômico, se coloca como diretor? Nós não podemos aceitar! Se nós aceitarmos isso, nós vamos estar nos rebaixando, e aí nós vamos estar dando o que a sociedade está dizendo na rua, nós vamos estar justificando o que a sociedade tem reclamado da classe política. Nós não podemos aceitar isso.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Ver. Dr. Thiago, muito obrigada pelo seu aparte. Eu não poderia esperar outra manifestação que não essa da sua parte. Eu lembro muito bem, eu vivi esse tempo aqui na Câmara: em 10 de julho de 2013, às 17 horas, as galerias foram ocupadas por cem pessoas e logo, quase que imediatamente, invadidas por essas 100 pessoas, que subiram nas mesas, ocuparam este Plenário de uma forma desrespeitosa, exigindo que os Vereadores sentassem no chão e, a partir daquele momento, passaram a exigir coisas estapafúrdias. Daqui, nós partimos para a sala da presidência, onde vários Vereadores tentaram encontrar uma solução - foram horas sem nenhum resultado. Lembro que saí da sala da presidência, nem sei por que entrei neste Plenário, quando me deparei com uma cena inusitada, de alguns hostilizando uma equipe de jornalistas, cinegrafistas, repórteres, colegas, meus colegas. E eu, então, me coloquei na frente daquelas pessoas dizendo que para bater neles teriam que bater em mim, e levei os meus colegas para a minha sala, de forma que se sentissem seguros. Aquilo já era à tardinha, nós estávamos perto de entrar no recesso parlamentar, eu estava responsável pela minha Bancada Progressista naqueles dias. Eu deveria sair da Câmara, o meu filho tinha feito uma cirurgia, eu teria que voltar para a minha casa porque ele estava saindo do hospital. Quando eu tentei pegar o meu carro para sair, os portões todos estavam obstruídos por pessoas que invadiram este Plenário, e não consegui sair. Liguei para o Chefe de Polícia, na época, Dr. Randolpho, e disse para ele o que estava acontecendo; ele, surpreso, não tinha conhecimento da invasão da Câmara. Voltei, entrei na sala da presidência e informei aos Vereadores que estavam ali, sabedora de que a bancada da oposição – PT, PCdoB, PSOL – estava apoiando aquela invasão, que eu iria sair da Câmara, e que se me acontecesse alguma coisa, eles seriam responsáveis. Pasmem: imediatamente chega ao meu lado uma menina que se apresentou como organizadora da segurança do Bloco de Lutas, e me que disse que tinham chegado à conclusão que eu tinha que sair da Câmara para atender um familiar com problema de saúde. Este cidadão que está sendo indicado para diretor administrativo desta Casa foi um dos líderes da invasão da Câmara Municipal. Ora, isso é um absurdo! É inadmissível que esta Casa tenha sequer pensado em indicar alguém de ficha suja para ocupar um cargo de direção, quando sabemos que o funcionário público tem obrigação de ter ficha limpa. Então, quero dizer para vocês que desde ontem eu me envolvi com essa situação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. MÔNICA LEAL:** ...Eu pedi também que dessem ao Ver. Thiago as fotografias. Eu gostaria só de dizer que tudo isso está nos autos desta Casa. Foi aberta uma CPI, o fotógrafo desta Casa foi agredido, foram pichadas as placas dos automóveis desta Casa com dizeres pejorativos, o meu, por exemplo, tinha a frase “filhotinho da ditadura”. Nós tivemos várias agressões ocorridas nesta Casa, lideradas por este rapaz, João Sem Medo, que hoje foi o indicado para ser o Diretor Administrativo. Não contem com o meu apoio, eu não aceito isto. Assim como o Ver. Thiago acabou de se manifestar, eu não aceito. Isto é inadmissível, e desta forma é que o País...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Delegado Cleiton, senhoras e senhores, Vereadoras e Vereadores, em primeiro lugar eu quero informar à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal e aos senhores e às senhoras, que também aprendi com aquele movimento da ocupação, que não havia liderança, que havia uma coordenação horizontal, assembleia permanente. Eu tive que aprender isso. O Dr. Thiago esteve conosco aqui, em reunião com os ocupantes da Câmara, e viu que era um movimento coletivo, uma nova forma de construir consenso coletivo. E devo lembrá-los que nós construímos, a duras penas, uma solução dialogada. A saída da Câmara foi pacífica, a Justiça mediou o diálogo entre a instituição e os ocupantes. Portanto, nós tivemos uma excelente atuação. No momento nós não criminalizamos os movimentos sociais, nós não precisamos da Brigada Militar, nós não colocamos força bruta dentro desta Casa. Este Parlamento, dito pelos próprios Oficiais de Justiça, foi muito bem cuidado, havia um cuidado com o uso dele dos espaços, etc. E há regras objetivas para se assumir ou não funções nesta Casa, que elas sejam cumpridas. Nós estamos com um projeto de lei para o qual eu ainda não consegui as 12 assinaturas aqui neste plenário, para nós estabelecermos os critérios da ficha limpa para a Direção da Casa, Ver.<sup>a</sup> Mônica, e para as Presidências e vice-Presidências da Comissão! Mas pasmem, os critérios da ficha limpa já valem para os Diretores daqui, Ver. João Bosco. Aqui já vale para Diretor, mas não vale para a Direção política desta Casa e para a Direção de Comissões. Então eu acho que não podemos tratar com dois pesos e duas medidas. Temos critérios objetivos, vamos avançar neles, e eu respeito a manifestação política aqui. Nesse caso, tenho uma opinião diferente: movimento social para mim não é crime, e se nós tratarmos movimento social com diálogo nós avançamos.

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Quando a gente rasga a Constituição, a gente golpeia a legalidade. Aliás, o Ver. Dr. Thiago está saindo do PDT porque renega a legalidade? Eu lhe pergunto, já que o senhor vai falar, porque, que eu saiba, a legalidade puxada por Leonel Brizola atrasou o golpe militar neste País – infelizmente não impediu, atrasou. E o golpe militar na sequência, assim como foi forçada a barra para Getúlio se suicidar, foi promovido da mesma maneira que neste momento está se promovendo neste País: uma coalizão da direita brasileira de quem não quer abrir mão dos seus privilégios, seja de viajar para Miami, seja de manter a concentração de terras, rendas e poder. Porque quem vem aqui vociferar contra o Lula e a Dilma... A Dilma não está respondendo a nenhum processo, seja por qualquer detalhe; e o Lula está sendo perseguido como ladrão, não tem nada comprovado em relação ao Lula, e ele grampeado! Imaginem, senhores – e falo do outro aspecto de que fui cobrada –, imaginem se fosse grampeado o dia a dia do Sr. Cunha, ou do Sr. Aécio Neves, ou do Sr. Renan Calheiros! Imaginem o grampo do dia a dia, da hora do fim da tarde! Imaginem grampearem a conversa de cada um de nós, senhores e senhoras, quando estamos relaxados, às vezes, dizemos bobagens, quando estamos na nossa intimidade, na nossa individualidade. Será que nós não estamos rasgando a Constituição com o ex-Presidente da República diante do mundo, mostrando que ainda não temos uma democracia sólida? Quem concordar com isso, só lamento, vai dizer aqui que defende o golpe militar. Como lamentei, Ver. Bernardino Vendruscolo, o senhor dizer que não teve problemas com o golpe militar, porque o senhor se comportava bem, que triste...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** ...Nós perdemos jovens, artistas, tivemos exílio, tortura e morte porque não era permitido discordar; e nós não queremos voltar a esse tempo.

Eu encerro dizendo, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que o Deputado Otávio Germano aqui investigado pelo Detran tinha foro privilegiado, porque era Deputado – essa é a legislação brasileira, que passou a investigação para outro foro. E nós não entendemos que isso significa ser menos investigado, nós não vamos concordar que se instale uma república diferente da República brasileira, nós precisamos avançar em outras legislações: na reforma política, na tributária. Nós precisamos avançar na reforma agrária e manter a nossa legislação que garante que dentro da...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; não se pode deixar de falar em tudo que esta acontecendo neste País para a nossa vergonha, para a nossa tristeza. Eu não vou repetir tudo que tem sido dito, tudo que está gravado em viva voz que circula nas redes sociais. Felizmente, o povo levantou. O povo levantou para dar um basta, e eu não vou estender a minha fala para fazer as minhas avaliações porque o meu Partido já tomou as decisões nacionais. Os deputados estaduais já lançaram nota oficial, e nós, Vereadores do PMDB, lançamos a nota agora à tarde, que foi lida pelo Ver. Dr. Raul Fraga. Eu vou ler o pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello na sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, de 17 de março de 2016, que esclarece bem, em termos jurídicos, o que eu também sinto que deve ser assim colocado (Lê.): “Para o Presidente do Supremo Tribunal Federal e seus Ministros. Os meios de comunicação revelaram, ontem, que conhecida figura política de nosso País, em diálogo telefônico com terceira pessoa, ofendeu, gravemente, a dignidade institucional do Poder Judiciário, imputando a este Tribunal a grosseira e injusta qualificação de ser ‘uma Suprema Corte totalmente acovardada’ [Dentre outros que foram citados que estavam acovardados.] Esse insulto ao Poder Judiciário, além de absolutamente inaceitável e passível da mais veemente repulsa por parte desta Corte Suprema, traduz, no presente contexto da profunda crise moral que envolve os altos escalões da República, reação torpe e indigna, típica de mentes autocráticas e arrogantes que não conseguem esconder, até mesmo em razão do primarismo de seu gesto leviano e irresponsável, o temor pela prevalência do império da lei e o receio pela atuação firme, justa, impessoal e isenta de juízes livres e independentes, que tanto honram a Magistratura brasileira e que não hesitarão, observados os grandes princípios consagrados pelo regime democrático e respeitada a garantia constitucional do devido processo legal, em fazer recair sobre aqueles considerados culpados, em regular processo judicial, todo o peso e toda a autoridade das leis criminais de nosso País! A República, Sr. Presidente do Supremo, além de não admitir privilégios, repudia a outorga de favores especiais e rejeita a concessão de tratamentos diferenciados aos detentores do poder ou a quem quer que seja. Por isso, Sr. Presidente do Supremo, cumpre não desconhecer que o dogma da isonomia, que constitui uma das mais expressivas virtudes republicanas, a todos iguala, governantes e governados, sem qualquer distinção, indicando que ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade das leis e da Constituição de nosso País, a significar que condutas criminosas perpetradas à sombra do Poder jamais serão toleradas, e os agentes que as houverem praticado, posicionados, ou não, nas culminâncias da hierarquia governamental, serão punidos por seu Juiz natural na exata medida e na justa extensão de sua responsabilidade criminal! Esse, Senhor Presidente e Senhores Ministros, é o registro que desejava fazer.” Assim se pronunciou o Ministro Celso de Mello. Eu quero dizer: vida longa ao nosso Aldo Moro!

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nunca pensei, ao longo de tempo, que eu viveria um dia tão desagradável, tão frustrante como é o dia de hoje. Eu observo que no País o descalabro é geral. Não há dúvida alguma de que a Nação brasileira, pela sua imensa maioria – e isso é retratado em todas as consultas de opinião pública que são realizadas –, já se apercebeu que o País está à deriva. País que até ontem não tinha Governo, hoje tentam nos dizer que tem dois governos, quando não há nenhum governo; está absolutamente no desgoverno. Isso não é apenas um jogo de palavras, é a realidade incontestável. Honestamente, meu caro Ver. Kevin Krieger, eu não sei onde é que nós vamos chegar nessa situação toda. Mas eu quero, no que diz respeito com esta Casa, que ao longo do tempo tem sido um padrão de honradez, de dignidade de seus integrantes, fazer uma linha demarcatória. Porque, Sr. Presidente, a confusão neste País é tão grande, que não dá nem mais para se dividir entre partidos políticos, porque grande parte dos partidos políticos brasileiros estão envolvidos nesse processo que o PT capitaneia. E eu ficaria muito à vontade de discutir nesse sentido, porque em todo esse processo – faz três anos que se vasculha a vida de todos aí, com grampos e outras situações – não encontram nos integrantes do meu partido nada nesse sentido. Até porque acho que nós perdemos, durante o andar do tempo, vários companheiros nossos que não resistiram à tentação e evoluíram para o apoio ao Governo e nos emagreceram em cerca de 50% do nosso potencial histórico. Muitos desses, hoje, estão querendo voltar. E nós até estudamos a possibilidade de reassumi-los, porque, vamos convir que alguns estavam no retropropósito de buscar auxiliar o País, garantir a governabilidade. Mas quem colocou fora a governabilidade não foram os nossos companheiros, foram aqueles que tinham o dever de manter essa governabilidade num padrão de lisura, de dignidade e não nesse contexto altamente deplorável em que se encontra. Mas eu quero dizer, meu caro Presidente Márcio Bins Ely, V. Exa. que foi relator de uma CPI aqui desta Casa, que eu presidi, e que tratava não da ocupação desta Casa, mas sim da invasão deste Plenário, numa situação que a imprensa toda divulgou e que nós sabemos que enxovalhou em muito a tradição do nosso Legislativo. Então, eu quero dizer que não se confunda a situação caótica que está neste País – e nós, Vereadores de Porto Alegre, faço até uma homenagem aos Vereadores do PT, não contribuimos em nada para que isso acontecesse – com abrir mão da importância da tradição desta Casa, que não pode ser diminuída, reduzida, enxovalhada, até para que se provem algumas situações que nós acreditamos que são merecedoras inclusive da nossa consideração. Sobre a manutenção de acordos, Ver. Bernardino, de acordos formulados no tempo, nós, o Democratas, porque éramos pequeninos na ocasião, tínhamos um único Vereador, que é o que lhes fala, não participamos de absolutamente nenhum daqueles acordos, mas sustentamos que têm que ser respeitados. Os acordos políticos precisam ser respeitados. Agora, entre respeitar

acordo político e promover determinadas situações que não correspondem ao objetivo de preservar esta Casa da sua integridade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** ...E, ao concluir este pronunciamento, Vereador, quero dizer a V. Exa. que, no que diz respeito à problemática brasileira, eu estou na resistência democrática há muito tempo, e diferentemente do que dizia o Lula, de que não sabia de nada, eu, há muito tempo, digo que já sabia disso. O importante é que, por nenhuma razão do mundo, nós podemos concordar que a nossa Casa, o lugar onde exercemos o nosso mandato – e buscamos fazer na maior integridade, na maior dignidade –, seja reduzida na sua tradição e, sobretudo, naquilo que mais tem sido a nossa honra, de ser um lugar onde há uma discussão política, há o pluralismo no debate, mas há o respeito a alguns valores que jamais podem ser atingidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Ver. Márcio Bins Ely, eu quero lhe agradecer porque, quando me chamou, eu estava impossibilitado de chegar à tribuna. Colocou, então, o Ver. Pujol na minha frente, e falo agora, na sequência.

Eu acho que é um momento complexo – há outros adjetivos, mas podemos chamar de complexo, porque, neste momento, podemos ter opiniões contrárias, ideológicas, favoráveis, contra um determinado partido, uma determinada posição, mas não é isso que está em xeque, infelizmente. O que está em xeque são questões ligadas a conquistas democráticas e que estão sendo colocadas – estas sim – em xeque. A primeira delas é o fato de que – isto se diz há pelo menos duas décadas – este milênio começaria com um protagonismo judicial como nunca antes visto na história brasileira. E está se confirmando. Cada vez mais STF, Tribunais Superiores, juízes, enfim, este mundo da Justiça, que, infelizmente, às vezes, é um mundo a parte do outro mundo real, realmente toma uma dimensão, muito por conta de dois fatores: o primeiro é uma linha criminalizante da política, ou seja, todos nós fomos eleitos para estar aqui, os Vereadores e Vereadoras, mas quem não é Vereador e pretende concorrer nesta eleição saiba que, a partir do momento em que você disser que é candidato a Vereador, as pessoas o olharão com outros olhos, com um olhar de desconfiança. A criminalização da política chega a um ponto tal que, se alguém aqui acha que o que está acontecendo no País com todo este espetáculo midiático é bom para alguém da política, está enganado. Quando nós sairmos às ruas para pedir votos, qualquer um – pode ser do

partido mais contrário ao Partido dos Trabalhadores – será hostilizado. Eu me lembro até hoje que, na campanha da Yeda para governadora, encontrei uma militante do PSDB no Menino Deus que me disse estar horrorizada porque a xingavam na rua, e não a xingavam por serem contrários a ela, mas por ela estar ali com panfletos de uma candidata a governadora. Então, o que eu quero dizer quando digo que está sendo colocado em xeque? Baseado em fatos muito concretos. Por exemplo: o Presidente Lula ser levado coercitivamente para depor, quando em momento algum se negou. O Juiz Sérgio Moro, naquela noite, lança uma nota. Como a repercussão foi negativa, lança uma nota. Então, eu pergunto: um juiz precisa lançar uma nota? Lançou uma nota, dizendo que ninguém estava acima da lei. Concordamos com isso. Mas nem abaixo. Nesse caso, ele colocou o Lula abaixo, porque não tinha sido intimado previamente para ir depor; o fez dizendo que era para preservar a ordem público, porque se não tivesse sido coercitivamente poderia haver convulsões. Esse mesmo juiz, na tarde de ontem, decide divulgar gravações, as quais provocaram as reações que houve. Vejam que o próprio juiz tem dois pesos e duas medidas. Há uma citação de um autor – Carlos Galves – que diz que um juiz deve ser justo e o justo é discreto. Isso não é o que vemos, infelizmente, pelo juiz Moro e também não vemos no Ministro Gilmar Mendes, que hoje pela manhã falava na Rádio Gaúcha destilando seu ódio, com todo o seu palavreado manso e sua aparência de jurista.

Há algumas semanas houve aquela situação do Jardel – e eu falei sobre isso da tribuna. Entra o Ministério Público com a RBS filmando e um jornalista fazendo o papel de inquisidor ao Jardel, que recém tinha acordado – isso é Justiça, essa espetacularização? Ver. Bosco, podem chegar na tua casa, com um jornalista, e o jornalista vai te inquirindo e a polícia ali junto, enquanto fazem busca e apreensão. Estou dizendo o teu nome aqui porque sei que contigo não aconteceria. Quero dizer que essa espetacularização da Justiça está pegando o Lula – está! – e pode pegar qualquer um de nós.

Então, aqui é o momento que teremos a disputa política. Já tivemos uma eleição acirradíssima em 2014, ali era o momento da disputa. Se a gente continuar disputando dessa forma, saibam que estamos fazendo jurisprudência. A concordar como as coisas estão indo, decisões ficarão lá sacramentadas; como a ideia do domínio do fato, no tempo do Mensalão. E isso pegará todo mundo depois. Então, vamos com cuidado, acho que é o momento da disputa política estar colocada, ela está colocada, mas não passando por cima das regras mais básicas, pelas quais tanto lutamos, das garantias fundamentais. É isso que está em jogo.

Então, peço aqui para quem é contrário ao Governo: este é um momento de reflexão e de racionalidade, porque essa onda virá contra todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO:** Obrigado, Presidente, eu quero dizer bem claramente que quem defende a Constituição agora, que é o PT, não assinou a Constituição. Quem defende as garantias individuais, Ver. Marcelo, e fala da demonização da política, participou desse evento aqui. (Mostra fotos.) Participou da invasão da Câmara Municipal de Porto Alegre! Tanto que um dos diretores indicados pelo Partido dos Trabalhadores está ali! Foi um dos coordenadores desse processo. Por favor, volte, que eu vou mostrar a foto. Um dos diretores está ali, foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores. Então eu já quero dizer, inicialmente, claro que os acordos partidários têm que ser respeitados, mas nós não precisamos sofrer... O cara praticou um ato criminoso contra esta Casa e nós vamos sofrer com os nossos alcosos duas vezes. Isso, sim, é um estupro! Isso é um estupro!

Eu quero dizer uma coisa, Ver.<sup>a</sup> Sofia, quando convém, o movimento social é importante, tem que ser valorizado; quando convém, é golpe. Quando convém, eu sou contra a terceirização; quando não convém, eu sou a favor do Mais Médicos, eu quero a escravidão desses profissionais que vêm de fora! E eu quero dizer, com muita fraternidade e pessoalmente que se tem algo no PDT que me desconforta, que me deixa triste, que me magoa, são aqueles que apoiam o Governo do PT. São aqueles do PDT que se venderam e apoiam e estão no Governo do PT! Talvez essa seja uma das grandes causas pelas quais eu tenha me desconfortado. Então eu quero, de forma muito fraterna e muito sincera, pedir que todos os Vereadores olhem essa foto, que todos os Vereadores voltem a olhar essa foto. Eu peço que nós possamos fazer um documento dizendo que quem há menos de três anos disse aqui neste plenário que nós não representávamos a população de Porto Alegre, pois bem, esta pessoa não pode fazer parte dos quadros diretivos desta Casa. É um desrespeito aos Vereadores, é um desrespeito aos funcionários desta Casa que foram humilhados muitas vezes, que foram agredidos outras vezes. Esta Casa não pode suportar isto. Vou pedir a colaboração dos colegas para que possamos fazer um grande abaixo assinado endereçado à presidência da Casa, no sentido de que pessoas como essa, Ver. Janta, que inclusive o agrediram na Praça da Matriz quando V. Exa. estava comigo, que essas pessoas não podem ocupar cargos diretivos nesta Casa. Até porque a invasão causou um prejuízo a esta Casa de 1 milhão de reais. Como é que vêm dizer que o cara não coordenou o movimento?

(Procede-se à apresentação de slides.)

**O SR. DR. THIAGO:** Ele com o megafone no plenário incitando as pessoas. Olhem aí. Como é que vêm dizer que o cara não coordenou o movimento? Mas que desfaçatez! Que cara de pau!

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, hoje de manhã alguns líderes reunidos, estávamos esperando um documento que deve estar chegando a esta Casa para ser entregue à presidência, onde estamos pedindo que a Casa exonere esse moço porque isso é uma afronta aos líderes que buscaram a negociação desde o início para que a Casa fosse desocupada

logo que V. Exa. assumiu a presidência desta Casa. Eu principalmente porque eu estava na tribuna quando esta Casa foi invadida e esse moço foi um dos líderes que disseram que eu não o representava. Se eu não o represento eu não o quero nesta Casa cuidando da administração desta Casa. Ele que procure um lugar onde ele seja representado. Se ele não é representado aqui, aqui ele não vai trabalhar. Muito obrigado.

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só queria fazer o registro de que fiquei muito surpresa porque quem indicou esse rapaz para ocupar a Diretoria Administrativa da Câmara de Vereadores foi o Ver. Kopittke, hoje secretário de segurança de Canoas, ou seja, a pessoa mais interessada, a pessoa que tem que dar o exemplo. Surpreendeu-me essa atitude.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nosso apoio porque nós participamos de todos aqueles momentos e realmente nós ficamos perante a opinião pública, numa situação muito difícil e estou muito surpresa por ter sido indicada essa pessoa por um Vereador ou por um Partido da Casa. Não faço parte da Mesa Diretora, não faço parte da Mesa de Líderes, portanto, por mim não passou nenhum assunto sobre essa indicação. Obrigada.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, quero fazer um registro aqui: nós todos temos relações aqui, tenho uma admiração muito grande pelo Ver. Kopittke, que está em Canoas hoje, mas enquanto ele tinha esse rapaz no seu gabinete, aí é um detalhe, agora, na medida em que ele vai para a Direção da Casa, ele também me representa, e discordo da indicação dele também.

**O SR. DR. THIAGO:** Ao longo do tempo nós frisamos e refrisamos, o processo que entregamos ao Procurador-Geral de Justiça, e infelizmente o Ministério Público não avançou nisso; entregamos ao Delegado de Polícia que foi removido por ação do então Governador Tarso Genro quando se chegou no nome da filha dele como uma das incitadoras e organizadoras do movimento. Quando nós entregamos aos órgãos de controle que houve um prejuízo com essa invasão da Casa de R\$ 1 milhão e até hoje não se tem nenhum retorno disso. Por isso também, a população de Porto Alegre não pode pagar por isso. E mais uma vez, Vereadores, quando este Vereador, humildemente, sempre disse: Olha, o PT está por trás deste movimento; outros Partidos de esquerda estavam por trás deste movimento, porque esse movimento era um movimento político, era claro que era político, agora está completamente comprovado. No ano de 2016 está completamente provado, quando um de seus membros é indicado para uma das principais, senão a principal diretoria deste Legislativo. Ele não me representa. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** Muito obrigado, Ver. Dr. Thiago.

**O SR. DELEGADO CLEITON (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão. Em comum acordo com o Ver. Cláudio Janta, eu peço até desculpas para os colegas que estão na fila do Grande Expediente já há bastante tempo, mas hoje nós estamos com a presença aqui do Secretário da Fazenda e gostaríamos, já avançou o horário, de ver esta representação. Inclusive, foi um Requerimento do Ver. Cláudio Janta.

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** Em consideração aqui à intervenção do Ver. Delegado Cleiton, a quem eu, de imediato, convido, na condição de Vice-Presidente da Casa, para presidir os trabalhos, para que nós possamos dar sequência, anunciando, desde já, a presença do Secretário Tonetto, Secretário Municipal da Fazenda.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Márcio Bins Ely, eu considero, e quero aqui fazer um registro, o Grande Expediente um tempo muito especial e nós estamos tentando, na reunião de Mesa e Lideranças, valorizá-lo, porque acaba que nós estamos sem planejamento e postergando, e os Vereadores estão impedidos de ocupar. Então, eu quero fazer um apelo. Hoje, em função dos acontecimentos, não pude estar pela primeira vez na reunião de Lideranças, mas soube que já teve muita controvérsia e que não há acordo em datar, marcar o Grande Expediente para que ele seja bem utilizado. Cada Vereador marca o seu e não tem depois recuo. Então, quero só aproveitar o ensejo enquanto trocamos de Liderança, dizer que bom, que temos acordo, queremos valorizar a presença do Secretário da Fazenda, mas queremos evoluir na valorização do Grande Expediente.

(O Ver. Delegado Cleiton reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereadora, e digo mais, todas as vezes e já foram várias vezes, infelizmente, não foi por minha culpa e nem da culpa do Ver. Cláudio Janta, inclusive, por questões assim, por receber visitantes e a nosso pedido, nós gostaríamos de privilegiar este momento.

Em votação o Requerimento de minha autoria. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Hoje temos o comparecimento do Sr. Jorge Luís Tonetto, Secretário da Fazenda de Porto Alegre, que abordará temas relativos à situação financeira do Município.

O Sr. Jorge Luís Tonetto está com a palavra.

**O SR. JORGE LUÍS TONETTO:** Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui para falar um pouco das finanças, agradeço ao Ver. Cláudio Janta pela

oportunidade, é um momento muito importante, porque estamos começando um ano em que vigorará todo um regramento diferenciado da LRF, a partir do segundo quadrimestre, e eu venho aqui mostrar um pouco os números nacionais e do Município, e um pouco da parte financeira, que geralmente não é tratada, se trata muito da questão orçamentária, e a gente quer explicitar um pouco como a gente faz a condução financeira e quais são os desafios, que não são poucos, para este ano.

Primeiro vamos tratar um pouco da situação nacional e como está nos afetando. A arrecadação tributária previdenciária tem vindo, após 2011, num decrescer. Então, vemos que nos últimos dois anos a arrecadação foi negativa; é um mal que não atinge só Porto Alegre, não atinge um Município, mas toda a arrecadação tributária e previdenciária da União. Então, quando a gente vê os resultados negativos, em parte é fruto disso; uma parte é fruto também de uma grande desoneração tributária que foi feita e, infelizmente, essa desoneração se deu mais na parte de impostos compartilhados. Bom, grandes números do PIB. Como é que nós fechamos, ano passado, a economia brasileira? Menos 3,8, PIB nominal de R\$ 5,9 milhões. E nós vemos uma taxa de inflação, também, de variação do PIB, em relação *per capita*, ou seja, as pessoas ficaram mais pobres do que a queda do PIB. Claro, porque tem mais pessoas nascendo, ingressando no mercado de trabalho, então cresce a população. E, no momento em que o PIB decresce, nós temos uma queda de quase 5% na renda do brasileiro.

É importante vermos este quadro, porque em qualquer crise econômica, dificilmente, um setor que diz muito respeito aos Municípios, especialmente às Capitais, que é o setor de serviços, é afetado. Nós temos visto, na política do real valorizado por uma década ou um pouco mais, que houve um processo de desindustrialização, muito mais fortemente nos últimos dois anos. A agricultura nós sabemos que é variável, mas sempre tem muita pujança o setor no Brasil. Já o setor de serviços é resiliente, é difícil cair, e nós tivemos uma queda brutal no ano passado, que se evidenciou em Porto Alegre principalmente a partir de setembro, quando já tínhamos até encaminhado a Lei Orçamentária. Estávamos esperando, porque a qualquer momento ia cair, não caía, mas, de setembro em diante, começou a nos preocupar, porque o ritmo foi muito forte. Muitas empresas e sindicatos da área de serviços nos procuravam e diziam: “Olha, o custo será muito alto, mas serão postergadas ao máximo as demissões”, mas, de maio em diante, isso começou, e depois tivemos uma retração muito forte no setor.

Aqui, vendo a taxa de variação pelos quatro trimestres, vemos que nós estamos num período de uma tendência bem negativa. Analisando de trimestre a trimestre, então, nós vemos uma sequência dificilmente vista na economia brasileira. Hoje, é difícil que um economista faça projeções com tranquilidade, porque nós estamos num período que não tem referencial no histórico. Em 116 anos de marcação de dados, não se tem histórico do que estamos vivendo, para se ter uma ideia da gravidade do momento em que a gente se encontra.

Se nós compararmos a variação do PIB, a inflação, até 2014, nós estávamos no teto da meta, não ultrapassando; e 2015, realmente, foi um ano surpreendente, com equação de dois dígitos e com um PIB altamente negativo. Na época da inauguração da

Lei Orçamentária – isso eu quero pontuar aqui – onde nós tínhamos um quadro do relatório Focus do Banco Central, nós tínhamos uma projeção de PIB de menos 40, tipo assim: vamos chegar no fundo do poço, vamos bater no fundo do poço, lá em janeiro e fevereiro e depois deve voltar a estabilizar. E a inflação deve convergir para perto do teto da meta. O que aconteceu? De lá para cá, esse último boletim, já projeta 3 e 45 de queda de PIB, muitos analistas já projetam queda 4, superior do PIB, este ano. Uma coisa nunca vista na economia brasileira.

A inflação, mesmo para os mais otimistas, ela já fica bem acima da meta. Então, quando foi projetada a Lei Orçamentária de Porto Alegre, nós tínhamos um cenário. Todo analista ou técnico tem sempre que registrar o quadro em que você faz a sua previsão de planejamento. Nada melhor do que as projeções do Banco Central, as oficiais. No entanto, elas estão se mostrando que não foram adequadas, foram muito otimistas, e nós temos um quadro completamente diferenciado. O que isso nos impacta em Porto Alegre? Impacta que a despesa foi prevista com um índice e vai dar mais, porque é difícil. A não ser que tu repactue contratos, que é o que a maioria das empresas já está fazendo. Repactue contratos, diminui quantitativos, que a lei permite a gente fazer isso, ou reduza o percentual. Por outro lado, a inflação é sabida como um fator de ajuste. Sim, isso é verdade, quando há crescimento econômico. No momento de recessão é o pior dos mundos, que a gente tem o chamado estaginflação, em que você não consegue repassar para preços e nem para receita tributária, em hipótese alguma por uma crise de liquidez o índice de liquidez, então nós ficamos no pior dos dois mundos. A receita decaindo e a despesa acelerando.

Para ter ideia, a geração de emprego, aí está no Brasil e Rio Grande do Sul, no ano passado nós, depois de um longo período de prosperidade, nós começamos a enfrentar um sério desafio, perda de 100 mil empregos no Rio Grande do Sul, e de 1,5 milhão no Brasil. A gente vê que esse número já está pior. Então a gente viu o desemprego de 5 indo para quase 8 e hoje algumas projeções já batem em 9,5 - o que é preocupante.

Situação dos Estados, só para pontuar alguns pontos, para vermos como está a questão que é sistêmica no País. Paraná, no ano passado teve o segundo maior rombo, este ano, já tem um resultado primário melhor, porque usou o seu Fundo de Previdência para pagar os servidores. Então, está matando o futuro para tentar salvar o presente, o mesmo aconteceu no estado de Minas Gerais que também teve uso de quase 8 bilhões do Fundo de Previdência. As notícias dizem que Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro são Estados com maiores dificuldades, atrasando salários e também fornecedores, num montante, em alguns casos, de mais de seis meses. Nas Prefeituras, 60% não estão mais em dia, e a grande maioria fez uso do recurso de empréstimo via servidor para quitar, honrar o 13º salário, que depois é recomposto com os juros junto ao sistema financeiro. É um cenário que envolve uma situação um pouco mais complexa. Por exemplo, 16 Estados aumentaram impostos. Isso é um confronto quanto ao modelo que Porto Alegre adotou, de tentar buscar a eficiência tributária e não penalizar ainda mais o contribuinte. Mesmo assim, 16 Estados, isso tem impacto na inflação. Então a inflação que talvez pudesse já mostrar uma certa retração não chega ainda a mostrar esses sinais

porque, no momento que tenho 16 Estados aumentando impostos que incide em energia elétrica, combustível, que têm efeito em cadeia, fica difícil a inflação retroceder.

A arrecadação de ICMS, a gente tem acompanhado, botei alguns Estados para ver: o Paraná já se recompôs, está um pouco melhor; vejam o Rio Grande do Sul, 4,9 nominal; Minas Gerais, não deu 1% nominal; Rio de Janeiro também com desempenho muito fraco e o Distrito Federal a gente nem fala. É uma situação de calamidade que a gente tem acompanhado pelos jornais, mas é muito triste porque isso significa que a educação e a saúde sofrem muito. No Rio Grande do Sul, foi anunciado um déficit de 5 bilhões, esse déficit, para se ter uma ideia, equivale mais ou menos ao Orçamento de Porto Alegre. Porto Alegre, no ano passado, teve de receita 5,6. Então o déficit do Rio Grande do Sul foi o Orçamento de Porto Alegre. Não precisa comentar mais. Esse é um dado muito interessante, nem sempre vem à tona, aí se vê o que cada um contribui. Então achei muito interessante que o Ver. Pujol, há pouco, falou que os Vereadores não tem culpa de nada, eu digo que os Municípios não têm culpa de nada do que estamos vivendo, definitivamente não.

Porto Alegre tem uma dívida baixíssima. Olhem a trajetória de superávits consolidados dos Municípios, é sempre positiva. O ano passado, nós fomos incitados a tentar fazer um pouco mais. A nossa participação, que não era muito grande, mas sempre positiva, ficou grande diante do quadro que seria o consolidado do Estado, dos Estados e da União. A União está em queda livre há muito tempo, e os Estados, devido a esta crise brutal, fizeram ajustes. O ano passado foi um ano de ajustes em todos os Estados. Ali nós vemos 16 aumentando imposto, e muitos cortando despesas, é pelos dois lados. A gente vê que os Estados já voltam a ter superávit consolidado... Mas é uma aberração isso, porque os Estados, tão fortes, fazem um superávit primário consolidado igual ao das prefeituras, igual ao dos Municípios. Então, como eu disse, os Municípios não têm que ter vergonha de nada, porque estão fazendo seu dever, mantêm o seu dever, mas a gente viu que, desde o ano passado, nós estamos sofrendo muito mais.

Esse quadro aqui mostra, eu quis mostrar um pouco mais aberto, para vocês entenderem um pouco o que está acontecendo com os Municípios, que, historicamente, mantêm superávits primários bons. Já começaram a claudicar também. No consolidado do Brasil, já se mostra aqui, os Municípios estão sofrendo. Se nós não agirmos e buscarmos novas receitas e eficiência, nós também vamos sofrer um processo que acabou deteriorando as principais economias do País. Então, hoje nós estamos num processo de ter um certo ajuste, e o que era, digamos, uma certa estabilidade que os Municípios tinham, já não têm mais, essa folga já não existe mais, embora folga mesmo nunca tenha sido, porque a nossa contribuição era modesta, mas era constante.

Resultado orçamentário de Porto Alegre. O ano passado, terminamos no azul, mas, em boa parte, porque recebemos um depósito judicial do Estado do Rio Grande do Sul. Nós tínhamos ganhado do DMAE há muito tempo, e, finalmente, entraram quase 94 milhões.

Se nós tirarmos o resultado do Previmpa, que também é positivo, porque o Tesouro aporta mais de cem milhões todo ano lá, isso é um aporte. As pessoas acham

que é despesa, não, isso é um investimento para que, no futuro, Porto Alegre não precise mais do Tesouro para pagar os seus funcionários. O Previmpa já passa, de recursos, da ordem de um bilhão de reais, está investindo, está criando novos mecanismos de gestão do seu fundo. O comitê de investimentos tem uma pauta de cada vez profissionalizar mais o Previmpa, mas esse dinheiro não está disponível para a Prefeitura; esse dinheiro é para o futuro dos servidores, é para que o tesouro, no futuro, se desonere. Temos que ter um certo cuidado na despesa, para que não venhamos a incorrer no erro que ocorreu em alguns Estados, como em Minas Gerais. Temos que ter muito cuidado. Então, esses R\$ 100 milhões que a gente faz de aporte, é um investimento no futuro da Cidade. Fora isso, teríamos um resultado muito equilibrado. Sendo mais preciso, vocês veem que as receitas da Prefeitura, o IPTU que fechou com 4%, na realidade, ele veio muito acima durante o ano inteiro. Por que ele fechou com 4% somente, senão seria 10%? Porque cerca de R\$ 40 milhões migraram da antecipação de dezembro para janeiro, ou seja, a disponibilidade financeira das pessoas mudou drasticamente no ano passado, os índices de inadimplência, etc. Então, tivemos uma adesão um pouco menor, não foi ruim, mas deslocou receita para janeiro, senão o IPTU teria dado 10%. Não estamos insatisfeitos com o IPTU. O ITBI, o nosso resultado é o resultado do mercado imobiliário, que hoje está ficando cada vez mais claro, que até os alugueis estão caindo; antes caíam os preços, agora caem até os alugueis, e que estão ao mesmo nível de dois anos atrás. A nossa projeção para este ano - não nos iludimos -, nós queremos que ela se mantenha, que ela não caia; acreditamos que não acompanhe a inflação de forma alguma. Vai ser um resultado nominal muito próximo ao do ano passado. Essa projeção, como a senhora disse, é um pouco irreal. ISS, tivemos um desempenho bem interessante, porque hoje o nosso ISS, *per capita*, está entre os maiores do País. O ITBI *per capita* já é o maior do País. Nas Receitas Próprias não foi um sucesso, foi um ano difícil, mas o resultado foi satisfatório; tivemos um pouco de dificuldade nas receitas do SUS, que são muito importantes para nós. A nossa primeira receita é o ISS; a segunda é o ICMS, que veio um pouco abaixo, e vemos aqui um resultado um pouco positivo no IPVA. Ele é positivo porque nós recebemos 50% dele, mas, sem dúvida, pelos descontos, pela redução do prazo, o IPTU teve efeito. Quem podia antecipar, provavelmente teve uma preferência no IPVA. Nós não podemos aumentar o desconto, porque isso significa uma renúncia maior de receita e nós não temos esse espaço; então, mantivemos os 12%, num orçamento que já não fica tão atrativo com uma inflação de 10. Porém, se tu analisares no período de pagamento, ele está 30% a mais do que uma taxa Selic, que quase ninguém consegue ter isso de investimento. Esse foi o comportamento das Receitas.

Na Despesa Empenhada, nós fizemos mais ou menos o dever da casa, porque em termos nominais a nossa despesa de custeio chegou, basicamente, ao mesmo nível do outro ano. Valor nominal quase igual ao do ano anterior. Economizamos, mais ou menos, 10%. Foi feito um trabalho de modelo de gestão muito forte, todas as Secretarias sentiram que era um ano muito difícil e tentaram cumprir sem que desse uma repercussão na ponta, na qualidade dos serviços. Um desafio muito grande. Então,

no geral, relacionado com a inflação, total geral menos 5,8%, ou seja, cresceu em torno de quatro. Um pouco mais.

Esta aqui é uma tela nova, que vocês nunca viram, uma área financeira, um fluxo de tesouro, o que é disponível, o que paga a dívida, o que paga a folha. Então, no ano passado, nós iniciamos o ano achando que iam faltar R\$ 186 milhões no caixa. Isso foi alargado. E o que fizemos? Apesar da receita ter caído, uma série de medidas que a gente teve de aerolevanteamento, de Refis, que a Câmara nos apoiou, nós conseguimos buscar, além do que caiu, R\$ 65 milhões acima da nossa projeção, que estava baseada em 2014. Então, no frigar dos ovos, nós conseguimos um pouco mais de R\$ 110 milhões. Como tínhamos R\$ 34 milhões no caixa, acabamos fechando o ano com menos 38, que bate, digamos, com um planejamento quase ouro-fio, porque R\$ 40 milhões se deslocaram, que não estavam na nossa mão, que entraram no dia 5 de janeiro. Então, se a gente olhar por regime de competência, o resultado foi zero!

Para este ano, o desafio é um pouco maior. O que nós recebemos dos órgãos, que é o que eles projetam, está um pouco até além do Orçamento, temos que fazer os ajustes, é um saldo final de menos 372, e nós já viramos o ano com menos 38, porque em janeiro já preencheu. A situação é muito simples: o IPTU, que o saldo era para terminar em junho, julho, este ano vai terminar em março. Então, a diferença do fluxo de um ano para o outro é de R\$ 100 milhões. Agora, o Prefeito criou um grupo de trabalho para em 60 dias criar um plano de contenção de despesas. É claro que aqui tem algum sonho de órgãos que a gente vai dar uma discutida, tem coisa até acima do orçamento, deve se ajustar. Tem uma análise de adequação que deve vir para uma casa de 250, e tudo indica que nós teremos um período muito crítico em julho e agosto. Nós temos muitas medidas de despesa e receita que eu quero esclarecer aqui.

Bom, de despesa o que estamos fazendo? Não estamos olhando o quadro, fora discutir os órgãos e projeções com cada órgão. Nós vamos aprofundar o aerolevanteamento. A partir do que aprovou a Câmara, do Ciga, estamos incrementando a questão de fiscalização do Simples Nacional. Estamos fazendo automação do protesto, que está dando resultado fantástico: de R\$ 21 milhões que a gente protestou, R\$ 6 milhões já vieram para o caixa. Tem um resultado muito superior, inclusive até ao Serasa, e nos surpreendeu a eficiência do protesto. E criamos o setorial de ISS para instituições financeiras. Estamos estudando o leilão de imóveis: nós temos nove aprovados pela Câmara, devemos mandar 16 imóveis para a Câmara avaliar se devemos vender ou não e estamos analisando mais 60, que, em princípio, não têm nenhum órgão público interessado, então não tem porque ele ficar lá disponível gerando ainda despesa. Do lado da despesa vamos aprofundar o modelo de gestão, aprimorar a qualidade do gasto. Ontem teve mais uma oficina de qualidade do gasto, para melhorar a qualidade do gasto na Prefeitura. Não vamos ampliar serviços, uma determinação do Prefeito, este ano não há discussão de ampliar. Obras, somente com operação de crédito. Estamos estudando hipótese de turno único e seu efeito; e também – tenho que colocar aqui para vocês – existe a hipótese de ter que parcelar salário, se o estado da economia não tiver qualquer reação. Então isso não é algo improvável. É algo que pode acontecer se nós não tivermos habilidade suficiente, entendimento com todos os atores de que os

reajustes talvez pudessem ser menores, alguns serviços que talvez não sejam tão essenciais, então exige que todos gestor esteja atento, porque é um ano de difícil travessia. No ano passado, aparentemente, a gente conseguiu navegar, a gente não ouviu muita reclamação, mas, este ano, nós temos que requisitar os gestores para darem o seu máximo, senão, o pior pode acontecer e a gente não quer que isso aconteça. Vamos trabalhar para que não aconteça, mas temos um desafio muito forte. Em suma, era isso que tinha para apresentar e estou à disposição de vocês para os questionamentos e alguma explicação.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Secretário, convidando para compor a Mesa.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, as minhas perguntas são objetivas. Secretário, cumprimento-o pela sua exposição. A minha primeira pergunta é sobre o Previmpa, que, conforme a avaliação dos atuários, não teria cobertura para os próximos 20 anos, assunto pelo qual também tenho essa preocupação, porque participo da previdência complementar. E sabemos que a situação não é tão simples assim, para nós que pagamos para ter uma aposentadoria melhor a do que seria a do INSS. Então, essa avaliação está nos encerramentos das peças contábeis e eu gostaria de saber a sua posição.

A segunda pergunta é sobre os fundos da Prefeitura. No encerramento do balanço de 2015 – e quero saber se este ano também – houve, segundo as informações que se têm, a transferência de valores para encerramento do balanço da Prefeitura, falando tecnicamente, e que, posteriormente, esses valores foram repassados novamente às suas origens. Eram essas duas perguntas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Secretário Tonetto, o Ver. Villela me disse que este Secretário é bom – já veio bem referenciado. Eu faço algumas análises, peço perdão por não serem de área técnica, são de acompanhamento político, sempre valorizei aqui as perguntas e questões que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que é contadora, traz – ela é a nossa contadora; já eu sou uma professora formada em Educação Física. Primeiro, tenho que dizer que me orgulho muito do Previmpa, acho que foi uma construção importantíssima e estratégica para a cidade de Porto Alegre, Ver. Pujol – que estava aqui com certeza. Votamos em dois momentos, mas houve um momento que foi dramático, que foi no ano de 2004, Ver. Nedel, porque aqui os funcionários estavam de

preto, como alguns vieram hoje, aqui, de preto, os funcionários contra o Previmpa e jogando moedas em nós, Ver. Janta, os funcionários e o líder, que vocês aqui disseram que tinha líder, ele é o atual Presidente do Previmpa, aliás, era o líder contra o Previmpa, meu colega, estava aqui na Câmara. Não compreenderam na época o quanto era estratégico o nosso Instituto de Previdência e que é muito caro ao conjunto dos funcionários. E eu celebro a notícia que tenho aqui, que R\$ 1 bilhão o Previmpa investe. Nós temos um conselho muito participativo, plural, que acompanha os atos do Previmpa, e é assim que nós precisamos mantê-lo para que ele tenha transparência, saúde financeira, porque não são somente os funcionários que se beneficiam, mas obviamente é a saúde financeira do Município, do caixa do Município, porque num regime de capitalização... eu não sei se esse R\$ 1 bilhão está na capitalização, eu acho que sim. Os novos funcionários, a partir da sua criação, a partir de 2004, todos, ao se aposentar não estarão mais às custas do Orçamento que aqui foi apresentado, estarão às custas do Fundo, que nós temos capitalizado nesses anos todos. Mas foi duro, foi uma medida dura, contrária ao nosso Governo e à Bancada do Governo na época aqui na Câmara.

Eu quero trazer algumas perguntas e elementos de análise. Pergunto sobre o ICMS, eu peço perdão se não ouvi, porque, durante a sua explanação, tive que fazer um esforço enorme para prestar atenção, porque mil coisas estão acontecendo e nos tensionando neste plenário. O ICMS deste ano mostra recuperação? O Governador Sartori optou por mudar a alíquota de 17% para 18%, já tem efeito na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul?

Segunda questão: o ano passado, nós tivemos uma votação traumática aqui, Secretário Tonetto. Nós tínhamos um plenário dividido entre municipais da Fazenda de um lado e a representação de todas as secretarias, indignadas, de outro. Houve um projeto de reestruturação da fiscalização na Fazenda. O comprometimento dele pela projeção não sei se está acontecendo na forma como foi projetado, dá R\$ 14 milhões este ano e, no ano que vem, R\$ 17 milhões – algo assim. Então um custo alto para a Prefeitura por um setor pequeno, E, para meu espanto, nós temos redução de 4% no IPTU, redução no ITBI, redução no ISS, ou seja, as finanças próprias tiveram redução percentual e o não incremento no ano passado. O Governo Municipal tinha uma confiança muito grande de que o investimento naquele projeto de lei resultaria em pujança nas finanças próprias. Então, pergunto a V. Exa. como está o balanço, a avaliação nesse tema.

Por fim, faço uma pergunta de interesse dos municipais. Os funcionários municipais receberam a inflação parcelada, em cumprimento da negociação salarial da greve do ano passado, acho que agora foi a última parcela, mas tinha um item que era muito importante e muito caro pela categoria, que são as promoções e compõem o acordo de greve. Qual a perspectiva? O acordo de greve viria em março deste ano, portanto neste mês corrente, e seriam publicadas as promoções cujos processos de avaliação já foram feitos. Isso é carreira dos municipais. O Município já tomou as providências para fazê-lo? Isso é um cumprimento do acordo de greve. O ano passado não foi fácil, não houve ganhos reais para o funcionalismo; ao contrário, houve o

parcelamento. Então, para nós, honrar as promoções é muito importante que, enquanto Câmara, queremos ver realizada. E eu espero que o Executivo também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

**O SR. ADELI SELL:** Caro Secretário Tonetto, é um prazer estar aqui neste momento, pois voltei ontem à Casa, bem como nós poderemos recebê-lo aqui. Eu tive o prazer de conversar com o senhor no ano passado e com o Vice-Prefeito Melo para tratar de algumas questões de desenvolvimento econômico e social de nossa Cidade. E agora eu pretendo – espero, inclusive, em breve, poder visitá-lo – levar algumas ideias e contribuições, porque precisamos trabalhar de forma colaborativa para o desenvolvimento da nossa Cidade. Nós temos aí uma pressão da economia que influi diretamente na arrecadação. Uma das minhas preocupações é o tema do ICMS, que eu vi, pelos cálculos, mantém uma certa estabilidade, pelo menos nominal. Mas isso é preocupante, porque nós temos alguns segmentos que têm aumentado, inclusive, a venda, nós vimos um certo aquecimento no Natal, nós esperávamos não vender tanto, mas vendemos. Em algumas festas, nós temos visto um certo acréscimo. Então, isso significa que, no meio, nós temos problemas. Nós estamos vendo novamente uma profunda informalidade na Cidade. Isso influi diretamente, porque sabemos que o volume de coisas compradas, mesmo que seja pequeno, acaba tendo uma influência muito grande. A minha pergunta também vai no sentido de como está a questão do Simples, como isso influi ou deixa de influir na arrecadação. Eu acho que, dependendo das circunstâncias, acaba tendo alguma influência. Preocupa-me mais a questão do ISS, nós somos uma capital de serviços, nós tínhamos sempre um crescimento bastante grande do ISS em outros momentos da nossa história mais recente, temos uma certa estabilização novamente. Nós compreendemos uma certa baixa do ITBI, por natureza da crise econômica, evidentemente. Mas a Cidade ainda se mexe nesse setor, nós não temos tanto esse baque como já vi em alguns outros lugares. Parece que Porto Alegre ainda tem uma certa estabilidade. Eu acho que a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento aqui da Casa, da qual eu participei por muitos e muitos anos, Ver. Villela... Tenho saudades dos debates com o Dib, com Nedel e com o Braz, pessoas que debatiam fundamentalmente o Orçamento. Portanto, nós gostaríamos de colaborar e achamos que, talvez, a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento seja um bom local para, depois desta reflexão coletiva aqui, nos debruçarmos sobre política de desenvolvimento da Cidade.

Finalmente, eu queria parabenizar o nosso Secretário pelas investidas no 4º Distrito. Nós precisamos avançar mais nessa questão, acho que corretamente a

Prefeitura apresentou, no ano passado, alguns projetos, mas precisamos ter mais ousadia, porque há um espaço de crescimento muito grande. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Adeli Sell.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Ver. Villela, Sr. Secretário Municipal da Fazenda, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o que eu vou dizer no momento para os Vereadores que compõem esta Casa plural não é nenhuma novidade. Acho que os Orçamentos do Brasil ao longo do tempo são meras peças de ficção. Em verdade, o que é o Orçamento? O que é a Lei Orçamentária senão uma lei que fixa Despesa e prevê uma Receita? Fixar uma Despesa já é tarefa difícil, prever a Receita é pior ainda. Além do mais, existem alguns condicionantes do processo de feitura e execução orçamentária de previsão quase que impossíveis de serem feitos. O Orçamento de 2016, encaminhado à Casa no ano de 2015, preparado entre setembro e outubro e para cá encaminhado, trabalhava numa hipótese de crescimento inflacionário, que o Governo enfatizava que não ia superar a meta de 6,5, e a inflação terminou em mais de 10%, mais de 11%, conforme foi feito o cálculo. Isso faz com que desde logo nós tenhamos, com relação a este Orçamento, uma dificuldade quase intransponível na medida em que a correção inflacionária dobrou nas expectativas, e isso desconcerta qualquer programação.

Ademais, Sr. Secretário, todos os Orçamentos que recebemos aqui na Casa são precedidos de uma Exposição de Motivos, em que é renovada a afirmação de que o mesmo é fruto da consulta popular, de audiência das comunidades e do Orçamento Participativo. O senhor não deve conhecer, mas a Casa sabe que eu, por muitos anos, ofereci grandes restrições ao Orçamento Participativo a que eu chamava de orçamento enganativo. Fui convertido, neste período governamental, pela ênfase que o Prefeito José Fortunati dá à matéria, ao afirmar repetidamente que nada acontece que não seja sob a chancela do OP. Agora, o que nós observamos é que, nestes primórdios de 2016, as demandas reprimidas do Orçamento Participativo, especialmente aquelas que não foram executadas no ano passado, fluem a toda prova, e as previstas para este ano já começam a encontrar dificuldades.

Então, Sr. Secretário, quero que entenda a minha colocação com a franqueza que me caracteriza. Não é crítica, é uma observação. Nós precisamos, de qualquer maneira, já que é inevitável que o corte das despesas seja realizado, criarmos um critério para este corte e não exagerarmos em determinadas áreas em detrimento ou favorecimento de outras. Esta é a colocação que eu faço.

Os números aqui apresentados não nos surpreendem. Nós sabemos que o País está quebrado, que o Estado do Rio Grande do Sul está na mesma linha, e ficamos temerosos de que a quebra também possa acontecer aqui na nossa Cidade. Por isso, não nos arvoramos a fazer críticas a esse respeito, porque reconhecemos a dificuldade da

execução desta tarefa, que já é normalmente difícil e que, no caso concreto, é muito mais difícil ainda, dada a circunstância que envolve todo este processo como estamos a analisar, mas, de qualquer sorte, Sr. Presidente Villela e Sr. Secretário Municipal da Fazenda, nessas horas, a racionalização no estabelecimento de critérios factíveis enseja a possibilidade de melhor se administrar politicamente essa crise. Se nós sabemos que os cortes serão inevitáveis, vamos procurar colocar critérios neles, e, mais uma vez, estaremos dispostos, aqui na Câmara, a sustentar essas posições. Até porque, se existe algum organismo que não se omitiu ao oferecer ao Município os instrumentos adequados para que ele pudesse enfrentar essa vigorosa e rigorosa crise, esse foi o Parlamento de Porto Alegre, que V. Exa. sabe muito bem, Sr. Secretário, e reconhece, todas as propostas feitas pelo Executivo - algumas com maior dificuldade, outras com menor dificuldade - foram analisadas positivamente.

Para finalizar, espero que numa próxima vinda do Secretário da Fazenda nós não nos reunamos aqui; que nos reunamos em torno de uma mesa onde, olhando olho no olho, se possa conversar. Aqui a gente dá discurso e discurso não resolve nada. O que não falta neste País é discurso. O que precisa é haver entendimento, compreensão e propostas factíveis. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Saúdo o Presidente da Sessão, Ver. Guilherme Socias Villela; cumprimento o Secretário e sua presença hoje na Câmara de Vereadores. Quero dizer que é inadmissível que a convocação de um secretário, um dos instrumentos absolutamente fundamentais que a Câmara de Vereadores tem para discutir temas pertinentes à cidade, um Requerimento do Ver. Cláudio Janta não esteja sequer no espelho da Sessão da Câmara de Vereadores; que os líderes, em reunião hoje de manhã, não tenham sido comunicados da presença do Secretário hoje à tarde; que o autor do Requerimento que aprovou a convocação do Secretário, Ver. Cláudio Janta, não soubesse que o Secretário viria hoje à tarde; e, mais grave do que isso, que a cidade de Porto Alegre não tenha ficado sabendo. Porque nós temos a convicção, Ver. Alex Fraga, de que os municipais, por exemplo, estariam aqui conosco hoje para conversar, sim, olho no olho, porque o parlamento é o lugar dos debates e também da cobrança organizada do povo diante de um verdadeiro terrorismo que tem sido feito com o conjunto da categoria dos municipais. No início do ano, o Prefeito Fortunati disse, em fevereiro de 2016, que não estava descartado o parcelamento do salário do funcionalismo. E o engraçado é que menos de um mês antes a Fazenda e também o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo anunciaram que havia um superávit na Prefeitura de Porto Alegre. Alguém está mentindo! Só que esse alguém é a mesma pessoa que deu uma entrevista em janeiro e fez terrorismo com os funcionários em fevereiro.

Nós sabemos que Porto Alegre é parte de uma crise nacional, Secretário, e, obviamente, a arrecadação diminuiu os repasses do Governo Federal e do Governo Estadual aos cofres municipais, portanto uma cidade não pode passar incólume diante desse cenário. Agora, nós temos um anúncio de superávit, nós temos um orçamento que é votado na Câmara e que não é cumprido, menos de 30% do que foi votado para investimentos foi executado no ano de 2015! Nós temos um Governo que não avança nos instrumentos que poderiam melhorar a arrecadação municipal, como é o caso do IPTU progressivo nos vazios urbanos; taxar a especulação imobiliária para poder avançar na habitação social. Nós temos casos muito graves de malversação de recursos públicos. Eu dou sempre o exemplo do SIAT, porque acho que é um caso muito grave da cidade de Porto Alegre, quando, na verdade, um sistema que teve o contrato sustado pela Justiça, pelo Tribunal de Contas do Estado, diante de indícios de corrupção com a empresa Consult, não só desvalorizou o conjunto do funcionalismo público, porque a Procempa tem técnicos concursados para fazer um sistema capaz de cuidar da arrecadação, portanto do gerenciamento da arrecadação no Município de Porto Alegre, mas também um caso grave, sustado pelo TCE, de uma segunda parcela que não foi paga graças a permanente auditoria dos auditores do Tribunal de Contas do Estado, mas que gerou uma perda de R\$ 300 milhões para o município de Porto Alegre, o que dava para construir 240 creches no nosso Município, porque teve problema na arrecadação do IPTU. Nós temos o tema da dívida: 10% da Receita Corrente Líquida. Está nos planos fazer uma auditoria? Temos o tema dos CCs que na nossa estimativa chega a cerca de 100 milhões do orçamento municipal anual. Vai haver corte dos CCs? O que é inadmissível é tentar repassar para as costas dos trabalhadores uma crise que não é deles.

Ao contrário, por exemplo, o Governo do Estado não tem repassado para o município de Porto Alegre as verbas devidas dos investimentos necessários do Sistema Único de Saúde. O Governo Municipal entrou na justiça para reaver os 45 milhões de dívidas do último ano do governo Tarso e do primeiro ano do governo Sartori? Quais são as medidas que o governo está pensando para cortar CCs, para cortar privilégios, para diminuir diárias, para reduzir combustível e garantir a sanidade das contas municipais? Que tipos de auditorias estão sendo pensadas nessas dívidas do Município? Mais: que tipos de mecanismos o Governo Municipal pretende trabalhar para garantir que os vazios urbanos possam ser sobretaxados como prevê o estatuto da Cidade com o fim de garantir a função social, melhorar a arrecadação e investir em habitação? Não poderia deixar de fazer esta crítica à Câmara de Vereadores, seja à liderança do Governo, seja à Câmara de Vereadores. Nós não podemos aceitar que não haja a prévia informação, a prévia publicidade de uma convocação tão importante para o município de Porto Alegre, como a presença do Secretário com os Vereadores, permitindo que a Cidade possa fazer o debate sobre o futuro das finanças municipais que, inclusive, previamente está presente em todos os nossos instrumentos. Sequer no espelho de hoje estava informada a presença do Secretário Municipal. Vamos fazer essa cobrança por escrito, porque, se foi da Câmara de Vereadores ou se foi do Governo Municipal,

alguém tem de ser responsabilizado por uma atitude antidemocrática do não aviso prévio à cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero cumprimentar o Secretário Tonetto e expressar minha satisfação em vê-lo na Secretaria da Fazenda. Hoje em dia, com a crise em que vivemos, é muito difícil para o Município, Sr. Secretário, e o senhor vem incansavelmente trabalhando em busca de Receita. Porto Alegre hoje é um exemplo de equilíbrio entre Receita e Despesa. Secretário, conta conosco aqui na Câmara de Vereadores. Parabéns pelo teu trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Boa tarde, Sr. Secretário, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas perguntas. Primeiro, dizer que todas as políticas públicas do Município foram construídas, inclusive as emendas dos Parlamentares, as discussões feitas nesta Casa pelos colegas, baseadas num Orçamento projetado em R\$ 6,6 bilhões. Era um projeto, uma projeção que veio para esta Casa, que nós aprovamos. Agora, vocês estão projetando em 5 bilhões e pouco e, pelos números apresentados e pela composição da economia neste início de ano e pelo que se vê, a expectativa é de ficarem 5 bilhões ou de diminuir esse montante?

O senhor fala em repactuar os contratos. Quais os índices de correção com que foram feitos esses contratos da Prefeitura com as empresas, principalmente, as terceirizadas - empresas de capina, empresas de poda, coleta de lixo, todas as empresas que fazem contratos com a Prefeitura -?

A questão de aprimorar a qualidade de gastos. O que seria aprimorar essa qualidade de gastos? O que seria isso? É cortar o orçamento de algumas áreas da Prefeitura, principalmente na questão do social e da saúde? Estamos vendo aqui a dificuldade que está tendo o pessoal das UPAs e do SAMU em receber a insalubridade, as horas extras, e o senhor fala em não ampliar serviços; tem um déficit, no SAMU, de ambulâncias, um déficit, nas UPAs, de médicos, de enfermeiros e técnicos em enfermagem. Então, não ampliar serviços realmente é uma questão que nos assusta, já que esses funcionários estão com dificuldade de receber as horas extras e principalmente a questão da insalubridade. Obras: somente serão de operações de

crédito. Se a Prefeitura fala até em parcelar o salário dos funcionários, isso quer dizer que provavelmente – deixa eu bater na madeira aqui, como fazia a minha falecida avó! – deverá recorrer a empréstimos para pagar o 13º salário. Aí vai buscar operação de crédito para fazer obras? Ainda há a possibilidade de turno único na Prefeitura. Tudo isso aí demonstra o caos em que vive o Rio Grande do Sul em áreas importantes, já que, indo para algumas cidades do Interior do Estado – e até no nosso próprio Município – se vê a dificuldade de repasses na área da saúde, da educação, atraso no salário dos servidores.

Então, pelo que o senhor apresenta para nós aqui, se vê uma grande nuvem escura no horizonte da cidade de Porto Alegre. Aquilo que nós vimos no final do ano, a aprovação, aqui, de R\$ 6.607.472,00, ficou em R\$ 5 bilhões, e, pelo que se vê aqui, apresentado pelo senhor e, diariamente, pela economia, pode ser até que não se chegue aos R\$ 5 bilhões. Então eu queria ver com o senhor se essa nuvem negra é real, de fato, e se há a possibilidade de rever esses contratos terceirizados da Prefeitura de Porto Alegre para serem honrados os salários dos servidores municipais, principalmente quanto à questão da insalubridade e das horas extras dos funcionários da saúde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO:** Caro Secretário da Fazenda, saúdo a sua presença aqui. Não poderia perder a oportunidade, Secretário, de aprofundar um pouco mais esta discussão iniciada pelo Ver. Cláudio Janta. Há uma questão na saúde que muito nos preocupa – tem me preocupado muito nesses últimos dois meses –, que se refere à questão das aposentadorias dos servidores da saúde. O que ocorre? Esses servidores, ao longo de grande parte da sua vida funcional, Ver. Bernardino – V. Exa. já trabalhou muito com segurança do trabalho –, receberam 40% de insalubridade. Houve uma modificação no laudo, uma modificação de perspectiva, por intermédio da Secretaria da Saúde, e há uma discussão agora de se em alguns locais seria 20% ou 40%. Na verdade, claramente, nos parece que são locais de 40%, locais que lidam com tuberculosos, locais que estão sob isolamento, como o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, o Hospital de Pronto Socorro, o Hospital Presidente Vargas, etc. Foi criada essa situação, e esses profissionais estão se aposentando. Nós temos hoje, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, 200 profissionais, entre eles 50 médicos, sendo que alguns há cinco anos em LAA – Licença Aguardando Aposentadoria, porque não se enlaça esse imbróglia jurídico-econômico de essas pessoas se aposentarem com 20% ou 40%. Eu gostaria de saber se, dentro dos comitês de política salarial que o senhor e a Secretaria da Fazenda participam, já tem algum indicativo nesse sentido, alguma posição.

Paralelamente, também gostaria de aproveitar esse tempo, Secretário, para conversar sobre dois projetos fundamentais da Secretaria Municipal de Saúde, que é a reforma do Pronto Atendimento da Cruzeiro, que segundo informações que nos foram trazidas do passado, se teriam R\$ 10 milhões para fazer essa reforma. Existe esse dinheiro? Onde está esse dinheiro? Vai ser feita a reforma do Pronto Atendimento da Cruzeiro?

A outra questão se refere ao Hospital Presidente Vargas. É uma obra orçada em R\$ 2 milhões, a reforma integral do centro obstétrico e da UTI, e que se teria dinheiro para isso. Então, há o dinheiro? Onde está? E quando será feito?

E, por fim, aproveitando este final de tempo, eu gostaria de falar das contratualizações no âmbito da Secretaria da Saúde, que também nos preocupam muito as contratualizações, Ver. Nedel, principalmente com dois hospitais. O hospital Parque Belém e o Hospital Porto Alegre. O que está acontecendo? Há falta de recursos, efetivamente, para se avançar nessas contratualizações? Essa é a justificativa que a Secretaria da Saúde sempre traz: a falta de recursos possíveis para serem empregados na contratualização necessária do Hospital Parque Belém e do Hospital Porto Alegre. Se não há esses recursos, há alguma perspectiva? Há algum intento da Secretaria da Fazenda, no sentido de buscar esses recursos? Porque, volto a dizer: são dois hospitais na Cidade, estratégicos, fundamentais, e que, realmente, precisam voltar a prestar os serviços que há muito tempo prestaram. Então, sendo bem objetivo, bem cirúrgico, Secretário, essas são algumas colocações e alguns questionamentos que nós julgamos importantes para a municipalidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Muito obrigado, Ver. Dr. Thiago.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Rapidamente, Presidente Guilherme Socias Villela. Secretário, nós estávamos conversando com o Ver. Idenir Cecchim, e eu quero lhe confessar e já disse em outras oportunidades, a Secretaria da Fazenda, hoje é uma outra Secretaria com a sua liderança na coordenação dessa entidade tão importante para o Município, que é núcleo onde são tratados todos dos recursos do Município. Quero cumprimentá-lo por isso. Gostaria que o senhor falasse, informasse hoje o que está sendo proporcionado para facilitar o recebimento dos valores dos contribuintes em atraso com processo de cobrança judicial ou extrajudicial ou não do IPTU. O que a Secretaria está hoje proporcionado para facilitar o recebimento desses valores?

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr, Presidente, uma saudação ao Secretário Tonetto. Antes de ouvir as suas respostas, quero dar um testemunho aqui. O Secretário Tonetto tem sido muito diligente, eu, o Presidente Villela, o Ver. Bernardino, Ver. Ferronato e o Ver. Nedel temos tido muita atenção de V. Exa. e dos seus servidores da Secretaria da Fazenda. Queria dar esse depoimento e cumprimentá-lo por isso. A Secretaria da Fazenda tem sido muito diligente, tem sido muito presente nas demandas da nossa Comissão, e tenho certeza que da Câmara de Vereadores como um todo. Parabéns, Secretário.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Sr. Jorge Luís Tonetto está com a palavra.

**O SR. JORGE LUÍS TONETTO:** Ver. Lourdes, a questão da Previdência é uma coisa complexa porque se tem que enxergar 30 anos. É muito difícil enxergar isso. Uma coisa que tem contaminado os Regimes de Previdência é que tivemos um período de juro muito baixo há 2, 3 anos, o que derrubou as expectativas, porque a meta fiscal era em torno de 6% de quase todos os regimes do País, e eles aplicam majoritariamente em títulos do Tesouro. Quando o Tesouro jogou a Selic para 7%, próximo de sete, isso acabou com a meta atuarial, isso acabou gerando até uma alíquota extra que Porto Alegre paga. Eu não acredito que os juros vão continuar como estão hoje. Hoje, um título do Tesouro – e o Previmpa fez esse movimento o ano passado, indo para os títulos do Tesouro majoritariamente – está pagando, para títulos de 2021, NTN-B, que é a inflação mais 7,2. É tanto que começa até a preocupar a gente. Vamos fazer uma analogia com a dívida dos Estados. Por que os Estados quebraram? Porque a dívida era a inflação mais 6; alguns, mais 7,5; e outros, mais 9. Para os que eram inflação mais 9, como a cidade de São Paulo, foi uma situação terrível. Sete e meio, que é o caso de Alagoas e Minas, também horrível. O de 6, em alguns Estados, se tornou inviável. Então, hoje o Tesouro já lança títulos a NTN-B 7,2. Para os regimes previdenciários, ótimo. Estão tendo agora um rendimento que não tiveram no passado, mas não dá para acreditar que esse rendimento vá ser para sempre. Nós vamos ter um período agora em que os números vão ficar muito melhores, mas é uma situação que eu acho que é anômala. Então, a gente tem que olhar um pouco mais a médio prazo. Os relatórios dos últimos anos não são tão ruins assim como se diz. Os que vão sair a partir de agora, por, pelo menos, uns dois anos, eu acredito, não serão tão bons assim, porque eles são de um período curto para quem enxerga a previdência. Tem que estar sempre monitorando.

Do caixa único, é verdade, já mostrei aqui a tela: 38 milhões que a gente achava que iriam entrar de antecipação, se fosse a mesma antecipação do ano anterior,

não entraram. Então, nós usamos o caixa único de 38 milhões, que foram devolvidos no pagamento antecipado do IPTU, que foi dois dias depois, porque a gente antecipou o calendário para dois dias, mais o *float*. Então, aí entrou o recurso, e nós tivemos que usar, porque o previsto entrou, só que não entrou no dia certo. Mas balanço a gente fecha, e caixa a gente tem que fechar. Teve utilização, como está marcado ali, de 38 milhões. Como eu disse, nós íamos terminar zero a zero, infelizmente teve esse deslocamento do IPTU. As pessoas estavam com menos liquidez; quem conseguiu antecipar pagou em janeiro. Hoje nós estamos monitorando muito março e abril, que vão ser indicadores de como vão ser as coisas durante o ano. Acredito que muita gente deixou para pagar parcelado.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon falou da questão da previdência. Acho que foi uma medida muito acertada da Prefeitura. O ICMS, em janeiro, veio muito ruim, perdemos cerca de R\$ 10 milhões num mês. Agora em março vemos um sinal um pouco melhor. Diria que não tem como fazer previsão real para este País antes de fecharmos abril. Por quê? Porque tivemos movimentos muito diferentes em janeiro e fevereiro, e março é o primeiro mês que parece que está, mais ou menos, de acordo com o que a gente estava pensando. Então, temos que esperar fechar março, que deve fechar em 10 de abril, e fechar abril em 10 de maio, para realmente termos ideia do que está acontecendo. Nós vínhamos numa situação muito diferenciada, houve uma tributação melhor; tem-se que ressaltar que o índice de Porto Alegre caiu; nós temos feito reunião com a Secretaria da Fazenda do Estado, a nossa participação do índice caiu – Porto Alegre tem uma situação diferenciada. Qual é a situação diferenciada? Que nós abrimos muitos serviços. Às vezes, o Estado está muito mal, nós ficamos muito bem; e, às vezes, o Estado, como a agricultura cresce muito, ela aumenta a sua participação no valor adicionado. É óbvio que nós, aqui, perdemos participação, porque a agricultura não é forte. Tenho enfrentado uma questão forte na Fazenda quanto à autuação em Porto Alegre, que acho que diminuiu muito e isso diminuiu o nosso índice. Já relatei aos Secretários, conversei, acho que isso vem desde o último ano do Governo Tarso, e isso tem acontecido nos últimos três anos, é preocupante. Nós tínhamos a autuação na faixa de R\$ 240 milhões, caiu para R\$ 40 milhões; isso derruba o nosso índice. Então, a forma como a fiscalização atua, se atuar pouco em Porto Alegre, impacta na arrecadação, eu levantei essa questão. Só que isso depende dos indicadores que eles utilizam para fiscalizar, mas vou dizer que estamos atentos ao que está acontecendo, estamos monitorando. Quanto à questão da Fazenda, embora a pessoa aponte muito a questão da Receita, e a Receita acredito que fez bastante o dever de casa, só para relatar como as coisas são nos seus tempos. A GAT, que seria o instrumento de gestão tributária, vai entrar em vigor realmente agora em abril, para se ver quanto tempo se leva para mudar de um regime para outro. Então, aquilo que se planejou lá em abril, levou um ano, porque levamos tempo para ver metas que sejam factíveis e que não fizessem uma captação de salário; ela tem que ser realista. Isso demorou uma parte de medição, ensaios para ver e aí está vigorando agora realmente. O primeiro mês ainda é 90%, e abril, maio e junho será o primeiro teste do modelo. A reforma foi muito mais ampla, teve a área de dívida que não tinha; as áreas da Selic que já apresentou mais de R\$ 120 milhões de redução de

custo no ano passado; a parte da NBCASP, que nós implantamos junto à nova Controladoria. Saindo os atos de gestão da Controladoria conseguimos implantar a NBCASP, que Porto Alegre estava devendo. NBCASP é a nova contabilidade pública que está implantada em Porto Alegre. Um desafio de oito anos que nunca havia sido implantado e nós implantamos em onze meses com o apoio muito forte da Procempa. Graças aos técnicos da Controladoria e da Procempa. E deixamos de gastar muito dinheiro em novos sistemas. Remodelamos o que a gente tinha e conseguimos atender esse...

Quanto à questão de não termos crescido tanto, eu queria enfatizar uma coisa que eu evito colocar muito porque ela é um pouco emblemática: a participação dos recursos próprios da Prefeitura aumentou no bolo. Aumentou no bolo; não diminuiu. Então, a nossa arrecadação teve um desempenho melhor do que todas as outras Receitas, embora poderia ter sido melhor se o cenário fosse outro.

Só para vocês terem um registro de como é que nós somos: no IPTU *per capita*, Porto Alegre só está atrás de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Quando entrei na Fazenda, olhei os números de Porto Alegre em relação ao País e botei na cabeça: nós temos que ser o quarto em tudo. Não era fácil. Então, no IPTU, nós já somos o quarto; no ISS, nós já somos o quarto de novo, estamos atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Curitiba tem 400 mil pessoas a mais do que em Porto Alegre; no ITBI, Porto Alegre é o primeiro lugar em arrecadação *per capita*; no FPM, nós somos o sexto; no ICMS, somos o quarto, perdemos para Manaus, São Paulo e Recife; no IPVA, somos o terceiro, só perdemos para Belo Horizonte e São Paulo. Em relação à Receita Corrente Líquida, que é o global, nós somos o segundo. Na arrecadação de Receita Corrente Líquida *per capita*, Porto Alegre só perde para São Paulo. Receita Tributária, nós só perdemos para São Paulo e Rio de Janeiro; nós já somos o terceiro lugar. Transferências Correntes, nós somos o segundo.

Então, eu acho que nós estamos no limite da nossa pressão tributária. Eu tenho medo de que algo muito maior do que isso possa estar afetando os investimentos e até a área privada. A gente tem que saber o quanto pode dosar. Eu acho que as metas que eu pretendia, quando assumi, nós já superamos todas elas. Sabemos que não são suficientes, dentro das demandas da sociedade de Porto Alegre, mas nós avançamos muito. Não quer dizer que não tenham alguns enfrentamentos, algumas questões a serem superadas. Eu acho que ainda têm alguns mecanismos, mas têm que ser muito bem dosados para nós não virarmos a Capital do tributo. Então, nós chegamos quase próximos de um dilema, por isso adotamos o modelo de buscar eficiência tributária sem aumento de imposto.

Entrando na questão que o Adeli Sell falou, do Simples Nacional; realmente, o Simples está cada vez mais importante na economia; uma parte muito grande do ISS hoje é Simples. Os limites estão sendo discutidos no Congresso, hoje é de R\$ 14 milhões; se aprovados, os limites que estão sendo discutidos no Congresso, para se ter uma ideia, empresas de exportação, com R\$ 28 milhões de faturamento, ainda vão ser Simples. Houve um exagero na época do Ministro Afif, e o Senado está remediando um pouco isso. O limite do Estado, ficando em R\$ 3,6 milhões, que tem o

ICMS, e da Prefeitura em 14. Isso é um escárnio. Então, se isso acabar vigorando, o que vai acontecer? Porto Alegre, em vez de ter 30 mil contribuintes, vai ter 230. Nós fechamos a fiscalização, não vai ter ISS mais. Muito preocupante. Acredito que o Senado vai conseguir equalizar isso para que as cidades não percam seu principal imposto.

Quanto ao 4º Distrito, acredito que ainda vamos ter muitas novidades neste ano. Quanto á recomendação do Ver. Pujol sobre evitar cortar uma área, acho que isto é o desafio do Governo: tentar manter os serviços sabendo que alguns têm um momento de sazonalidade mais forte, e que em outros podem haver uma redução.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna aponta muito bem a questão dos servidores. Nós já começamos, em janeiro, a discussão com o Simpa, com quem temos reunião no comitê de política amanhã. Viemos tratando, colocaram muitas questões, a reunião foi muito interessante em janeiro; acho que existe noção de que o cenário é adverso, mas existem muitas pautas no Simpa, e a gente acredita que vai poder enfrentar algumas delas, mesmo num ano difícil.

Sobre a questão do superávit; eu queria colocar que o DMAE teve uma receita de R\$ 94 milhões de um depósito judicial, e esses R\$ 94 milhões não estão disponíveis para a Prefeitura, porque a lei que vocês aprovaram aqui, e nós encaminhamos em dezembro, veda o uso do caixa único do DMAE. O DMAE está blindado, não está no caixa único, então essa Receita é só dele, é um superávit que compõe o resultado consolidado, mas ele não é disponível. Se não tivesse entrado esse depósito, nós teríamos R\$ 100 milhões a menos. Por outro lado, só o Previmpa gera R\$ 100 milhões. Se você for analisar só o superávit do Tesouro, ele é negativo, porque ele aporta ainda R\$ 100 milhões no Previmpa. Hoje, a gente tentou direcionar para os fundos poderem gastar seus recursos, demos mais liberdade, mas a grande verdade é que existe muito serviço, o Interior já atende muitas áreas e sai recurso do Tesouro, e estamos com fluxo muito apertado. Antecipando uma questão que decidimos no comitê: o Fundo Municipal da Saúde não tem contingenciamento nenhum e todo o recurso depositado hoje, que é superior a 100 milhões, não vai ter nenhum entrave orçamentário. O Fundo, usando dinheiro reserva que ele acumulou ao longo dos anos, por questões que o dinheiro vem muito marcado e o Secretário da Saúde tem trabalhado com Brasília para começar trabalhar blocos e o Ministério tem sido sensível a isso, que dentro dos blocos ele possa movimentar. Então, foi uma decisão do comitê que o Fundo poderá usar o que chamamos de passivo potencial. As receitas financeiras que ele tem em caixa não estão disponíveis para o Tesouro e não podemos tocar nelas, elas estão lá, tem dificuldade de alocação, então, tem que ter um estudo. A Controladoria está ajudando a pensar como utilizar melhor o recurso e ter maior velocidade. Então, já está decidido que para esses recursos da Saúde podem vir projetos de pedidos de suplementação que serão autorizados. Então, é uma maneira de mitigar um pouco essa crise.

Por fim, a dívida de Porto Alegre é muito baixa. O que vocês vão ver, no relatório deste ano, que diferenciou? Entrou o precatório, do Morro do Osso, de 220 milhões. Então, deu um salto para 15%. Se não fosse isso, nós estaríamos lá no mesmo

valor do ano passado. Nós temos uma notícia boa: nós conseguimos liberar o depósito tributário do ano passado, e a Prefeitura não quis pegar o dinheiro. Nós botamos o dinheiro direito na conta dos precatórios do Tribunal de Justiça, depositamos R\$ 13 milhões e mais R\$ 15 milhões que o Banrisul estava nos repassando, que nós indicamos que nem passasse pela Prefeitura, que depositassem direto na conta dos precatórios para também subsidiar outra lei que vocês aprovaram aqui, que é da conciliação.

Hoje, fora o saldo do ano passado, Porto Alegre já tem, em janeiro, R\$ 28 milhões a mais para negociar em precatórios. Então, já temos dinheiro suficiente para mais de ano de negociação e pagamentos.

Bom, também quero agradecer ao Ver. Mendes Ribeiro por sua palavra. Ver. Cláudio Janta colocou aqui algumas questões de projeções. Queria ser um pouco mais claro ali para não haver... Eu mostrei muitos números financeiros e temos que saber... No ano passado, arrecadamos 5,6 bilhões e gastamos 5,4, em números redondos sobrou 200 para o orçamentário. Este ano, prevemos que entrará 6 bilhões. Uma coisa que tem que ter muito bem claro é que somos obrigados a colocar a operação de crédito na lei orçamentária, embora elas, às vezes, não ocorram, porque tem o prazo de liberação, a gente sabe que vamos ter... Está bem encaminhado, temos uma da CAF, o resto não se realiza, mas se tu não tens na Lei Orçamentária, a STN não analisa o teu pleito nem analisa a tua liberação. Então algumas coisas a Lei Orçamentária é obrigatória em escrever lá, porque, se ela não registra, tu tens um chamado parecer técnico-jurídico que vai para a STN, e a Secretaria do Tesouro Nacional nem analisa o teu pleito, e está vedada, está morta a tua operação de crédito. Então, Porto Alegre tem reiterado colocar o Orçamento de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões e consegue executar, de operação, 200, 300, é uma questão legal, orçamentária, jurídica que não tem como fugir disso. Eu acredito que, mesmo em um ano de crise, nós empenhamos R\$ 270 milhões no ano passado, foi muito. Eu não acredito que, sem termos operações, nós conseguiríamos gastar tanto assim. Para ter uma ideia, o Estado empenhou, com recursos próprios, R\$ 400 milhões. Temos que ter ideia de um parâmetro; não é pouco. Eu acredito que este ano nós poderemos ultrapassar os R\$ 300 milhões, temos muitas operações, tem a CAF, que esperamos que entre a partir de abril e consigamos mais de R\$ 100 milhões, este ano, de Receita e de Despesa. Então, eu sei que fica muito mais difícil para vocês e para nós explicarmos para população que, para isso, tem dinheiro, eu posso gastar; para aquilo eu não tenho dinheiro, porque infelizmente o dinheiro não pode ser misturado, a única exceção é a do caixa único de algumas poucas contas, e a Prefeitura não tem tanta disponibilidade assim. Então, as grandes contas estão preservadas no seu fim. Na Saúde, já tomamos a liberdade de dizer que podemos suplementar com um passivo potencial, porque tem recurso financeiro gravado na conta e que não pode ser utilizado em outro fim. Claro que tem todas as dificuldades, porque todo o recurso vinculado tem que ter o projeto, tem que ter uma adequação.

Bem, em relação aos cortes na Saúde, que já tinha sido aqui falado, das medidas em estudo, a questão de medidas, só para vocês terem uma ideia, que é um debate bom e forte para cá, a nossa conta de energia elétrica, em 2014, foi de R\$ 64 milhões. Vocês têm ideia de quanto foi em 2015? Nós ultrapassamos R\$ 100 milhões

em energia elétrica. A gente já botou, em uma escola, painel solar; a questão da necessidade de outras energias é imediata, é iminente, sem falar em combustível, Carris e outras coisas que podem ser trabalhadas em um projeto de energia elétrica, e ainda tem uma parceria talvez com a área privada, é iminente. Então, a nossa conta passou de R\$ 64 milhões para mais de R\$ 100 milhões ao ano. É muita coisa. Nós estamos investindo muito Fumip para reduzir a nossa conta de energia elétrica, e o Fumip tem sido fonte. Nós estamos abrindo, agora, mais de R\$ 20 milhões em licitações; pelos meus cálculos, para toda a substituição por LED, num modelo hoje, é que a cada sete anos, sete anos e meio, se paga, reduz a conta, a conta paga o investimento. Então, é um desafio, de repente, acelerar isso em algum modelo e, com isso, conseguir reduzir custos na energia e realocar na área-fim.

Sobre as reformas da Saúde, que o Ver. Dr. Thiago falou, o fundo tem liberdade. Há algumas questões da política salarial sendo discutidas no comitê, está no âmbito da questão global. Embora eu ache que seja um ano muito difícil de resgatar o passado. Temos que tentar cumprir o presente e alguns avanços.

Sobre as reformas, existem algumas alternativas que estão sendo pensadas. Na realidade, eu fico conhecendo mais no final, quando o pedido chega lá no comitê, mas tem sido discutida, inclusive no âmbito do Health Hub em Porto Alegre, a questão da Saúde, de como, talvez, as filantropias possam ajudar a modernizar a área estrutural da Prefeitura. Acho que esse é um grande tema. Nós podemos modernizar com os projetos de filantropia, e essa é uma saída em que todos ganham, tanto o privado como o público.

Por fim, a questão do Ver. Bernardino Vendruscolo. Agradeço as palavras dele. O que nós estamos pensando sobre o IPTU, sem grandes mudanças eleitorais, porque a lei eleitoral funciona, a legislativa não pode, há muitas restrições, estamos estudando o que pode e o que não pode. Está muito mais restrita a lei eleitoral deste ano, então, as medidas têm que obedecer a legislação eleitoral. Uma coisa que está no nosso radar, e temos o aval do Prefeito, é reduzir a parcela mínima. Qual o efeito de reduzir a parcela mínima no parcelamento do IPTU? É que o contribuinte aproveita mais vezes. Hoje, numa dívida de R\$ 2 mil, ele poderia fazer em 20 ou 30 vezes, talvez ele consiga fazer em 50, 60 parcelas, o que facilitaria a sua vinda para a regularidade. Isso é no âmbito administrativo, estamos estudando a sua implantação o mais breve possível para que as pessoas possam regularizar, utilizar o prazo máximo que é de até 72 parcelas, porque, hoje, a fórmula do cálculo não há muito prazo. Então, diminuindo a parcela mínima, talvez consigamos isso.

Por fim, gostaria de agradecer ao Ver. Idenir Cecchim a oportunidade de estar aqui. Tenho vindo sempre na CEFOR. Devo vir logo para entregar o balanço, e estamos à disposição não só para vir aqui, mas também para receber ideias e projetos que venham a ajudar a Secretaria da Fazenda. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Muito obrigado, Secretário Municipal da Fazenda, Jorge Luís Tonetto. Esta Casa renova seus cumprimentos por sua exposição e se sente honrada com a sua presença.

**O SR. JORGE LUÍS TONETTO:** Bom, eu agradeço, mais uma vez, eu sempre fui muito bem recebido aqui e, na CEFOR, tivemos debates muito importantes. Eu só tenho a agradecer à Câmara, que aprovou muitos projetos e que fez muitas mudanças também interessantes. A principal delas eu acho que é a inclusão da economia criativa no Projeto 4.º Distrito, que considero que foi uma alteração muito importante, e eu compactuo total com a ideia, foi muito importante a colaboração, mesmo no Refis houve ideias interessantes. Então, tivemos grandes avanços. Meu agradecimento à Câmara, aos Vereadores, que têm sido grandes parceiros da Fazenda e estão permitindo nós virmos aqui, digamos, nesse mar revolto desses últimos dois anos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Muito obrigado, Secretário. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h03min.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela – às 18h07min):** Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1578/13 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/13**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui § 5º no art. 154 da Lei Complementar nº 646, de 22 de julho de 2010, determinando a remoção da estrutura do aeromóvel para a implementação do Corredor Parque do Gasômetro.

**PROC. Nº 0347/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/16**, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que cria a Política de Prevenção e Combate ao Mosquito Transmissor da Dengue, do Vírus Zika e da Febre Chikungunya na Educação, inclui no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a efeméride Dia D de Prevenção e Combate ao Mosquito Transmissor da Dengue, do Vírus Zika e da Febre Chikungunya na Educação e dá outras providências.

**PROC. Nº 0409/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/16**, de autoria do Ver. Waldir Canal, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Celso Antonio Lopes.

**PROC. Nº 0452/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/16**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito à senhora Marilice Carrer.

**PROC. Nº 0497/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 040/16**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, que revoga a Lei nº 11.688, de 1º de outubro de 2014, que altera a denominação da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia.

**PROC. Nº 0565/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/16**, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Assis Hoffmann o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, localizado no Bairro Campo Novo.

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 2944/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 296/15**, de autoria do Ver. Dr. Raul Fraga, que obriga a oferta de, no mínimo, 1 (um) posto de saúde 24h (vinte e quatro horas) por Gerência Distrital de Saúde no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

**PROC. Nº 0195/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/16**, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que veda, em logradouros públicos, a instalação de monumentos que sejam arma de guerra, ou que a tenham como elemento principal.

**PROC. Nº 0268/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 009/16**, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que inclui §§ 6º e 7º no art. 124 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores, dispendo sobre reserva de percentual do total das vagas de estacionamento em prédios públicos de qualquer dos três Poderes.

**PROC. Nº 0279/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/16**, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que altera o § 2º do art. 21 e a letra *a* das Condições de Trabalho do item X – Médico da Estratégia de Saúde da Família – do Anexo I da Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011 – que autoriza o Executivo Municipal a instituir, conforme determina, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), revoga a Lei nº 10.861, de 22 de março de 2010, e dá outras providências –, estabelecendo carga horária para os médicos contratados para o IMESF.

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Vereador Villela, Vereadores, Vereadoras, colegas; Rafão, que nos brinda com sua presença; ocupo esta tribuna hoje para falar da Lei nº 11.688, de 1º de outubro de 2014, que altera a denominação da Av. Presidente Castelo Branco para a Av. da Legalidade e da Democracia, que permanece sendo alvo de inconformidade neste Legislativo, uma vez que, após criteriosa análise da proposição original, Processo nº 0046/14, PLL nº 001 de 02 de janeiro de 2004, foram constatadas, no seu bojo, várias ilegalidades jurídicas e irregularidades processuais.

A alteração da denominação da Av. Presidente Castelo Branco para Av. da Legalidade e da Democracia é im procedente, porque se trata de modificar o nome de uma antiga via de domínio público que está amparada no direito consuetudinário, isto é, no direito que surge dos costumes de uma certa sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis. O direito consuetudinário é um sistema normativo, constituído pelo elemento material, pelo uso e pela prática constante do comportamento adotado pela população.

Pela cronologia apresentada, nós podemos inferir que o Processo nº 046/14 em sua tramitação foi marcado por uma sucessão de ilegalidades jurídicas e irregularidades processuais, que se mostraram tão evidentes que o próprio Prefeito de Porto Alegre se recusou a sancionar a lei. Considerando que a Av. Presidente Castelo Branco é uma via de acesso a Porto Alegre já institucionalizada e do conhecimento da população, a modificação do seu nome significa a descaracterização de um importante ponto de referência para os porto-alegrenses e para todas as pessoas que adentram a nossa Capital utilizando esta alternativa viária. É verdade sabida que os movimentos históricos fazem parte de toda e qualquer sociedade.

O que eu quero dizer para os senhores? Que eu entrei com este projeto de lei da revogação da Lei nº 11.688, de 1º de outubro de 2014, que alterou a denominação da Av. Presidente Castelo Branco para Av. da Legalidade e da Democracia, e ele vai tramitar nesta Casa com um único objetivo neste momento. Foram cometidas essas irregularidades, essas ilegalidades, e eu, como legisladora, penso que esta Casa, a Câmara Municipal de Porto Alegre é um órgão legislador e é o primeiro e o mais interessado em cumprir normas, a respeitar essas normas. Então, eu entrei com este projeto, que está tramitando. Ele já tem o parecer da Procuradoria. Vou ler para os senhores (Lê.): “Parecer nº 113/16. A matéria objeto da proposição, consoante se infere do exposto, insere-se no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice jurídico à tramitação. Claudio Roberto Velásquez. Procurador-Geral. OAB/RS nº 18.594”.

Enfim, eu estou, nesta tribuna, como legisladora, como colega de V. Exas., dizendo que o meu projeto de lei, que altera a revogação da denominação da Av. Castelo Branco tem como objetivo reparar um grande erro ao qual fomos induzidos. Nós temos, como legisladores, a obrigação de dar esse exemplo.

Eu gostaria também de deixar claro que neste momento também é importante trazer ao conhecimento de vocês que Castelo Branco foi uma importante figura, viveu toda a sua juventude em Porto Alegre, iniciou e concluiu o ensino secundário no Colégio Militar de Porto Alegre no ano de 1917; sua formação ética e moral adquirida no convívio com os usos e costumes da população gaúcha fortaleceram

o seu sentimento nacionalista de amor à Pátria; combateu os regimes antidemocráticos na 2ª Guerra Mundial, sua participação como oficial de operações da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, nesse conflito, contribuiu sobremaneira para a vitória da democracia, diferente de tudo aquilo que muitos tentam distorcer.

Concluindo, o projeto está tramitando e eu conto com a análise de todos os Vereadores para que juntos possamos sanar esse grande problema que aconteceu na Câmara de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente Villela; Vereadores e Vereadoras, eu também vou falar sobre esse projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Sou um Vereador que, nos meus 19 anos, já dei mais de 400 nomes de logradouros na Capital, ou seja, eu conheço bem o processo legislativo. Essa alteração aprovada aqui foi uma grande aberração legislativa. Impressionante! Vamos ver. A ementa do projeto diz assim: altera a denominação da Av. Presidente Castelo Branco. Quando é alteração, o Regimento diz que precisa de 24 votos. A aprovação teve 21, então é ilegal. Bom, o segundo ponto, quando é alteração, tem que haver obrigatoriamente o abaixo-assinado dos moradores do limite do logradouro. Limite do logradouro, vamos chamar a Rua Voluntários da Pátria até o seu final. Esse abaixo-assinado é fiscalizado por uma federação das associações de moradores. Tem que haver um parecer dessa entidade. Nada disso teve. A lei foi promulgada pelo Vice-Presidente da Câmara, porque o Prefeito Fortunati não sancionou, porque tinham vícios legislativos. Desculpem-me, ele deveria ter vetado. Se tinham vícios legislativos, ele se omitiu. Então, se a lei saiu como alteração, no mínimo, tinham que ser cumpridos os dois requisitos básicos e fundamentais: abaixo-assinado e 24 votos. Não teve, então é totalmente ilegal. A Ver.<sup>a</sup> Mônica tem toda a razão.

Bom, agora vejam o seguinte, no final da votação, Ver. Dr. Raul Fraga, a Procuradoria deu um parecer no sentido de que não era alteração, porque não existia lei, não sei o quê, e sim denominação. Então teria de ter novo processo. Não teve. Ficou como alteração. Deveria ter um novo processo. Mesmo que fosse o mesmo processo, a rua não era cadastrada. Ora, não cadastrada exige também um abaixo-assinado dos moradores do limite do logradouro. Não teve. Exigia também que tivesse o croqui que permite ao Vereador denominar o logradouro. Também não tinha. Então essa lei que alterou tem irregularidades como alteração, irregularidades como denominação. Então, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, dou-lhe os parabéns. Precisamos resgatar e não permitir equívocos fundamentais, legislativos, jurídicos. Nós atropelamos o Regimento Interno, a Lei Orgânica. É realmente um processo que foi vergonhoso para esta Casa. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DR. RAUL FRAGA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho à tribuna para concordar com esse processo que resgata o nome da Av. Castelo Branco baseado em algumas situações que já passei aqui na Casa e no que ouço na rua. Num primeiro momento, numa legislatura anterior, esse processo foi apresentado pelo Ver. Pedro Ruas e pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna no sentido de se fazer essa alteração. Fez-se uma ampla discussão na época no sentido de que não seria possível não só pelo fato de ser quem é, mas também pelo fato de que senão nós vamos acabar mudando de nome as ruas de Porto Alegre como um todo, a denominação das ruas, o que me parece absurdo. Temos uma lei já bem estabelecida nesse sentido, aqui na Casa, a que trata da denominação dos logradouros. E o fato histórico, ele não tem partido, ele tem em si o efeito que teve na época, que é o caso do processo de Castelo Branco, e deve ser mantido. Não devemos alterar nomes de personalidades, de ruas, devemos, inclusive, colocar os novos nomes em função dos fatos políticos e dos fatos de contribuições coletivas que as pessoas tenham para que seu nome seja colocado nas ruas da Cidade, nos logradouros da Cidade.

Também gostaria de falar, neste momento, de um projeto de minha autoria que está em 2ª Sessão de Pauta, que cria a abertura, por 24 horas, de pelo menos um posto de saúde em cada uma das regiões que nós temos. O que está em Pauta, na realidade, é um projeto que diz que as oito regiões de Saúde do Município teriam que ter, pelo menos, um posto 24 horas aberto. Por quê? Eu já tentei fazer um projeto que não foi aprovado no final do ano, que era um posto aberto em cada região do Orçamento Participativo para facilitar a vida das pessoas. É um absurdo que nós tenhamos, em Porto Alegre, um número muito grande de funcionários na Secretaria da Saúde, um Orçamento milionário na Saúde e que nós tenhamos que conviver com a falta de acesso da população aos postos de saúde a partir das 17h e nos finais de semana. Então, nós temos que resgatar, pelo menos, essa realidade minimamente, dentro de cada região da Cidade, para que as pessoas não tenham que ficar se acotovelando, como ficam hoje, nas emergências hospitalares por qualquer bobagem. Quer dizer, uma criança com febre fica misturada, hoje, numa emergência hospitalar, com uma pessoa em último grau de pneumonia, com a pessoa que está num estágio de paciente terminal aguardando há dias lá com uma septicemia ou uma infecção generalizada. Então, estas coisas que normalmente deveriam ser resolvidas pelas Unidades de Saúde próximas, elas simplesmente deixam de ser resolvidas, porque não existe um posto de saúde aberto naquela região. Eu nem estou falando em emergência, não é emergência, nós estamos falando em uma Unidade de Saúde normal, que seja diferente do que ela é, simplesmente a sua porta esteja aberta em cada região do OP ou em cada região de gerenciamento de Saúde. É o mínimo que se espera para que as pessoas da comunidade, do entorno, possam ter um acesso real à estrutura de Saúde que é tão cara e tão grande na cidade de Porto Alegre.

O valor do Orçamento da Saúde é de R\$ 1 bilhão anual, nós temos um Orçamento muito grande, e essa definição de melhor dignidade de atendimento para as pessoas nas suas regiões é uma coisa barata, os funcionários já estão ali, é só lidar com hora extra, enfim, basta que haja uma mobilização, porque a população realmente necessita que sua vida seja facilitada. O próprio trabalhador que chega em casa às 19h não acha um posto de saúde aberto; sai para trabalhar às 6h, também não acha um posto de saúde aberto. Então essa é, na realidade, uma questão absurda e que tem que ser revista dentro da situação da Saúde pública de Porto Alegre. Muito obrigado e saúde para nós todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Muito obrigado, Ver. Dr. Raul Fraga.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, é uma honra ser seu colega neste meu primeiro mandato, o senhor foi o Prefeito que mais plantou árvores em Porto Alegre, meu querido amigo, posso chamá-lo assim, porque sei que o senhor também me considera um amigo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assessores, funcionários desta Casa, senhoras e senhores que nos ouvem, nós estamos aqui na discussão de Pauta, mas eu queria aproveitar para homenagear o meu querido amigo Ver. Nedel, que ontem fez 74 anos, bem vividos, é uma pessoa que tem o nosso grande respeito e respeito de todos os 36 Vereadores.

Eu gostaria de pautar rapidamente a situação dessa mudança de nomes de ruas. Foi aqui indicado pelo Ver. Nedel – querido colega que, ontem, fez 74 anos – que ficou faltando um abaixo-assinado dos moradores daquela rua, mas se sabe que a rua não tem moradores. Há pouco tempo, nós votamos um projeto aqui, senhores, que tratava de uma rua que tinha um morador que veio à Câmara e peticionou que não fosse colocado aquele nome, porque ele, que era o morador daquela rua, não gostaria. São dois pesos, duas medidas. Isso é só para não deixar de dizer aqui, aos senhores que estão nos vendo, principalmente através da TVCâmara, que a gente sabe que essa veia política e ideológica de cada um de nós, dos 36 Vereadores, muitas vezes faz com que se cometa esse tipo de diferenciação. O Ver. Marcelo Sgarbossa fez um projeto contrário, nós votamos aqui, e foi aprovado sim. Era uma rua com um morador que não queria o nome da rua!

Eu gostaria de falar sobre o Processo nº 347/16, Projeto de Lei do Legislativo, de minha autoria, que cria política de prevenção e combate ao mosquito transmissor da dengue, do vírus da zika e da febre chicungunha, na educação. Inclui no anexo da Lei nº 10.904, de 2010, Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, a efeméride do Dia D da prevenção ao mosquito transmissor dessas doenças nas escolas de Porto Alegre.

Eu estive conversando com o Secretário Estadual de Saúde e demonstrando um trabalho que nós fizemos em cima desse projeto, um projeto de conscientização que nós gostaríamos que fosse repassado às escolas municipais. Para a nossa surpresa – surpresa não, porque queríamos mesmo que fosse bem elaborado –, foi muito elogiado pelo Secretário Estadual de Saúde, que, inclusive, nos convidou para expor, amanhã, na Secretaria, num grupo que foi feito, um grupo de estudos, num trabalho de combate. Então, amanhã estaremos, pela manhã, expondo para vários segmentos, inclusive, o Secretário Municipal também. Quero dizer que esse projeto estará aqui à disposição, mais tarde, para que possamos votar, e antes disso, nós já estamos nas escolas, nas ruas, na Internet, repassando esse projeto que recebeu um *o.k.*, inclusive, dizendo que, em princípio, estaria sendo um dos trabalhos mais completo. Isso palavra do Secretário. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Delegado Cleiton. Não havendo mais inscritos, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h30min.)

\* \* \* \* \*